

REVISTA
FORMAÇÃO
INTERSINDICAL
Nº 1



INTERSINDICAL
Central da Classe Trabalhadora

*Sistematização do
Curso de Formação de*

DIRIGENTES SINDICAIS

 Santos (SP)





SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Apresentação..... | 03 |
| Introdução..... | 04 |
| Intercâmbio Sindical..... | 05 |
| EIXO I - ANÁLISE DE CONJUNTURA..... | 07 |
| 1. A conjuntura política, os desafios do sindicalismo classista e a urgência de um novo pacto de militância - Por Nilza Pereira de Almeida..... | 08 |
| 2. Da resistência à retomada: lições de uma década de luta petroleira - Por Fábio de Mello..... | 10 |
| 3. Fascismo, dependência e soberania: por um novo projeto de nação - Por Manoel Elídio Rosa..... | 12 |
| 4. Fascismo, correlação de forças e a luta sindical como trincheira da democracia - Por Ricardo Saraiva (Big)..... | 15 |
| 5. Debate | 18 |
| EIXO II - SINDICALISMO CLASSISTA..... | 23 |
| 1. Trabalho em Grupo sobre o Sindicalismo Classista..... | 23 |
| EIXO III - TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO..... | 29 |
| 1. Mudanças no mundo do trabalho - Por Edson Carneiro "Índio" | 30 |
| 2. A precarização do trabalho docente e a luta em defesa da educação pública em São Paulo - Por Renato Rodrigues..... | 34 |
| 3. Debate..... | 36 |
| 4. Comentários finais..... | 49 |
| EIXO IV - DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL..... | 52 |
| 1. Oficina sobre os Desafios da Intersindical..... | 53 |
| EIXO V - BOAS PRÁTICAS SINDICAIS..... | 58 |
| 1. Boas práticas sindicais - Por Manoel Elídio Rosa (Mané Gabeira)..... | 59 |
| 2. Boas Práticas Sindicais: Uma Reflexão a Partir da Experiência no Sindifort - Por Eriston Ferreira..... | 61 |
| 3. Debate..... | 63 |
| AGRADECIMENTOS E FICHA TÉCNICA..... | 69 |

APRESENTAÇÃO

A **Revista Formação Intersindical 2025** nasce como um instrumento de sistematização e partilha da experiência construída coletivamente durante o **Curso de Formação de Dirigentes Sindicais**, realizado de 12 a 15 de maio de 2025, na cidade de Santos/SP. Promovido pela **Intersindical - Central da Classe Trabalhadora**, por meio de sua **Secretaria Nacional de Formação**, o curso contou com a parceria fundamental do **Sindicato dos Bancários de Santos e Região**, do **Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Fortaleza - Sindifort**, do **Sindicato dos Químicos Unificados - Regional Osasco** e dos **Bancários na Luta - Intersindical (SP)**.

Realizado em um momento de intensas disputas políticas, o curso teve como principal objetivo fortalecer a formação política, ideológica e prática dos(as) dirigentes sindicais, a partir de uma abordagem crítica, classista e enraizada na realidade da classe trabalhadora brasileira.

Durante quatro dias de intensas atividades, os(as) participantes compartilharam experiências, analisaram a conjuntura, debateram as transformações do mundo do trabalho, refletiram sobre o papel dos sindicatos e construíram propostas concretas para o fortalecimento da ação sindical.

Esta revista reúne os conteúdos trabalhados durante o curso, bem como registros do processo formativo, e pretende ser um instrumento de memória, reflexão e continuidade da formação política da nossa Central.

INTRODUÇÃO

*A formação sindical é uma das expressões mais estratégicas da luta da classe trabalhadora. É por meio dela que dirigentes e militantes se apropriam criticamente da realidade, fortalecem sua consciência de classe e constroem caminhos coletivos para a ação política. A **Revista Formação Intersindical 2025** surge com o propósito de consolidar e difundir os principais conteúdos debatidos no **Curso de Formação de Dirigentes Sindicais**, promovido pela **Intersindical - Central da Classe Trabalhadora**.*

Ao longo de quatro dias, dirigentes sindicais de diferentes regiões do Brasil se reuniram na cidade de Santos/SP para refletir coletivamente sobre os desafios e possibilidades da ação sindical classista na atualidade. A atividade foi organizada a partir de cinco eixos temáticos, cujos conteúdos centrais são sintetizados a seguir:

Eixo I - Análise de Conjuntura Nacional: debateu o contexto político, econômico e social brasileiro, com foco nas ameaças à democracia, ao trabalho e aos direitos sociais. Destacou-se a importância de compreender as disputas em curso e suas implicações para a ação sindical.

Eixo II - Sindicalismo Classista: abordou os fundamentos políticos, históricos e éticos do sindicalismo combativo e autônomo. Refletiu sobre os compromissos dos(as) dirigentes com a base, com a classe e com um projeto de transformação social.

Eixo III - Transformações no Mundo do Trabalho: tratou das mudanças estruturais e tecnológicas que afetam o trabalho e os(as) trabalhadores(as), como a uberização, a informalidade e a precarização. O eixo buscou entender como essas transformações exigem novas estratégias de organização e representação sindical.

Eixo IV - Desafios do Movimento Sindical na Atualidade: discutiu os desafios atuais da Intersindical. Apontou caminhos para fortalecer o enraizamento territorial e a ação coletiva.

Eixo V - Boas Práticas Sindicais: foi dedicado ao compartilhamento de experiências exitosas de organização, luta e mobilização desenvolvidas por entidades filiadas à Intersindical, valorizando iniciativas que articulam base, formação e intervenção política.

A metodologia do curso foi pautada nos princípios da **educação popular**, priorizando o diálogo horizontal, a construção coletiva do conhecimento e a valorização das experiências dos(as) participantes. As atividades articularam painéis expositivos, rodas de conversa, dinâmicas em grupo e intercâmbios sindicais, promovendo um ambiente de aprendizagem crítica, acolhimento e fortalecimento político.

Mais do que um repositório de textos, esta revista é parte viva do compromisso com uma formação que fortaleça o sindicalismo classista, combativo e enraizado na realidade dos(as) trabalhadores(as).

INTERCÂMBIO SINDICAL

INTERCÂMBIO SINDICAL EM OSASCO: TROCA DE EXPERIÊNCIAS COMO PONTO DE PARTIDA

No dia 12 de maio de 2025, teve início o Curso de Formação de Dirigentes Sindicais da Intersindical com um momento especial de intercâmbio no **Sindicato dos Químicos Unificados - Regional Osasco**. A proposta foi inaugurar a formação com um mergulho em experiências concretas de organização sindical, reunindo participantes de diversas regiões do país em uma vivência marcada pelo diálogo e pelo compartilhamento.

Ao longo da manhã, foram chegando os primeiros grupos. Vieram companheiros e companheiras do **Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos**, com representantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, além de bancários(as) do **Ceará**, da direção do **Sindicato dos Bancários de Fortaleza**, e servidores(as) públicos(as) da direção do **Sindifort**, também de Fortaleza, com uma representação diversa de setores da prefeitura, como saúde, assistência social e guarda municipal.

Logo na chegada, o clima foi de acolhimento. Após um café coletivo e informal, foi organizada uma **roda de apresentação**, na qual cada participante pôde dizer seu nome, o sindicato ou movimento que representa, sua trajetória profissional e sindical, e suas expectativas em relação ao curso. Essa dinâmica revelou **a diversidade e a riqueza da militância sindical reunida** ali.



Intercâmbio de experiência sindicais (12/05) na sede do Sindicato dos Químicos Unificados - Regional Osasco.

Chamou atenção a pluralidade dos relatos. O grupo do Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos, por exemplo, destacou a heterogeneidade de suas bases e os desafios de se organizar fora das estruturas tradicionais de representação sindical. Já os representantes do Sindifort evidenciaram a complexidade do funcionalismo público municipal, composto por categorias distintas e, muitas vezes, com lutas fragmentadas. Os bancários presentes, por sua vez, trouxeram consigo uma trajetória marcada por resistência e memória histórica. Suas falas apontaram para a necessidade de recuperar as lutas passadas como ferramenta de inspiração para os enfrentamentos do presente.

A direção dos Químicos, composta por trabalhadores e trabalhadoras oriundos de diferentes fábricas, também se apresentou, compartilhando a experiência concreta de uma entidade construída a partir das bases, com uma prática sindical combativa e coletiva.

Diferente de uma palestra tradicional, o momento foi construído como uma **conversa aberta**, horizontal, onde cada voz teve espaço. As falas espontâneas revelaram tanto os desafios locais quanto os sonhos compartilhados por uma organização sindical comprometida com a classe trabalhadora. Ao final, os(as) participantes almoçaram juntos e seguiram trocando impressões, criando laços e fortalecendo o sentimento de pertencimento à construção coletiva.

A visita se encerrou com um tour pela estrutura do sindicato, momento em que os(as) cursistas puderam conhecer além dos espaços de trabalho dos Químicos Unificados, também visitaram a Cresol (Cooperativa de Crédito Solidário), o Instituto Zequinha Barreto (espaço dedicado ao debate das ideias socialistas, à formação política e à preservação da memória da luta operária e popular) e a Biblioteca Arcênio Rodrigues. Para a direção dos Químicos, o intercâmbio representou uma oportunidade valiosa de diálogo e de reafirmação do projeto da Intersindical. Para os(as) participantes, foi um início de curso potente: um encontro entre diferentes realidades, unidos por uma causa comum, a causa da classe trabalhadora.



Intercâmbio no Sindicato dos Químicos Unificados - Regional Osasco (12/05).



EIXO I

ANÁLISE DE CONJUNTURA

No dia 13 de maio de 2025, no turno da manhã, durante o Curso de Formação de Dirigentes da Intersindical, foram realizadas exposições sobre o momento do mundo e do Brasil. A proposta metodológica foi contextualizar o debate do curso a partir dos desafios da atualidade. As exposições foram transformadas em texto para registro e fonte de conteúdo para outros espaços de formação.

1. A CONJUNTURA POLÍTICA, OS DESAFIOS DO SINDICALISMO CLASSISTA E A URGÊNCIA DE UM NOVO PACTO DE MILITÂNCIA

Nilza Pereira de Almeida - Secretária Geral da Intersindical - Central Da Classe Trabalhadora

O ciclo político que se abriu no Brasil a partir de 2013 nos impõe uma leitura dura e necessária. As jornadas de junho daquele ano – iniciadas com pautas legítimas, como a luta pelo transporte público – foram rapidamente apropriadas por setores conservadores e passaram a ser usadas para desestabilizar o campo progressista. Naquele momento, muitos de nós, militantes e dirigentes, sentimos que algo havia escapado das nossas mãos. As ruas, antes espaço tradicional da esquerda, passaram a expressar um sentimento difuso de rejeição à política institucional – rejeição essa canalizada pela direita para seu projeto reacionário.

Ali já era perceptível que estávamos diante de um novo ciclo político. Em uma das ações daquele período, vivi uma cena que me marcou: tentamos participar de uma manifestação levando a bandeira da Intersindical, ainda em sua fase embrionária, e nos foi arrancada das mãos. Aquilo não era mais nosso. A energia daquelas mobilizações havia se deslocado para a direita, e o ambiente se tornava cada vez mais hostil aos movimentos populares.



Foto: Arquivo

A escalada autoritária se intensificou com o golpe de 2016, a prisão de Lula em 2018 e, em seguida, a eleição de Jair Bolsonaro. Mesmo diante das evidências de sua postura antidemocrática, misógina e racista, a burguesia brasileira optou por esse projeto. A destruição era anunciada. E veio: ataques sistemáticos aos direitos trabalhistas, à educação, à saúde e à cultura. Durante a pandemia, essa escolha se traduziu em tragédia: mais de 700 mil mortos, um governo negacionista e omissivo, e um povo à própria sorte.

Mas foi também nesse momento sombrio que emergiu uma nova forma de resistência. As centrais sindicais, historicamente fragmentadas, encontraram na crise sanitária e política um motivo para unidade. Fizemos atos virtuais, lives conjuntas, pronunciamentos coletivos – inclusive um Primeiro de Maio inteiro, em 2021, com presença de juristas, artistas e movimentos sociais, que reuniu online mais de 100 mil pessoas. Foi talvez o ato mais significativo desde o início da pandemia. O que estava em jogo era mais do que salário ou condições de trabalho: era a própria vida.

A Intersindical teve um papel destacado nesse processo. Atuamos com coerência e crítica. Fomos chamados a compor espaços de representação, não para legitimar governos, mas para expressar a voz

crítica dos trabalhadores e trabalhadoras. Uma crítica que não esculhamba, mas aponta caminhos. Tivemos, por exemplo, reuniões com o atual vice-presidente Geraldo Alckmin – então ministro da Indústria e Comércio – alertando para a escalada dos preços dos alimentos e cobrando políticas efetivas. Nossas denúncias, muitas vezes ignoradas, anteciparam crises que hoje se tornaram inegáveis.

Seguimos, no entanto, enfrentando o bolsonarismo social, que mesmo sem Bolsonaro na presidência, continua enraizado nas instituições e na mentalidade de parte da sociedade. Hoje, vivemos uma espécie de "semi-parlamentarismo", onde o Congresso, dominado por interesses conservadores, chantageia o Executivo e bloqueia avanços. Há um projeto de poder em curso, e ele passa por desmontar as poucas garantias sociais que restam: direitos trabalhistas, salário mínimo, aposentadoria.

Diante disso, nosso papel como dirigentes sindicais é reativar a militância e disputar consciências. Em 2019, no auge do medo e da incerteza com a posse de Bolsonaro, fizemos no Sindicato dos Químicos Unificados um "pacto de vida". Reunimo-nos e decidimos que lutariamos com firmeza, mas sem abrir mão da preservação das nossas vidas. Militante bom é militante vivo. E vivo para seguir educando, organizando e resistindo.

Mesmo durante a pandemia, mantivemos nossas campanhas salariais. Fizemos caminhões de som circularem pelas fábricas com áudios gravados por dirigentes em pen drives, denunciando abusos, exigindo condições sanitárias mínimas. Enquanto muitos se recolhiam, nós persistimos – e isso nos deu legitimidade.

Encerramos o ciclo Bolsonaro, mas não a luta. As eleições de 2026 estão no horizonte, e não podemos errar na leitura. A direita não precisa eleger o presidente para exercer poder: basta garantir maioria no Congresso. Nosso desafio será imenso: disputar eleições sem confundir o papel do militante sindical com o militante partidário, atuar com clareza de lado, mas com autonomia de classe.

Por isso, reafirmo: precisamos de um novo pacto de militância. Um pacto que reconheça nossos limites, mas aponte nossas possibilidades. Um pacto que resgate o trabalho de base, o contato com a classe, a escuta atenta e a formação crítica. Precisamos que os sindicatos sejam, cada vez mais, instrumentos da luta de classes e, portanto, é responsabilidade dos dirigentes e militantes intervir com ações concretas na conjuntura política do país. O sindicalismo classista, combativo e democrático é mais necessário do que nunca.

Seguimos porque acreditamos. E seguimos porque resistir ainda é o verbo mais revolucionário da classe trabalhadora brasileira.

2. DA RESISTÊNCIA À RETOMADA: LIÇÕES DE UMA DÉCADA DE LUTA PETROLEIRA

Fábio Mello - Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista

Assumir a direção de um sindicato é, antes de tudo, uma escolha política que exige coragem. Em 2015, quando organizamos uma chapa de oposição e conquistamos a direção do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, estávamos movidos por indignação e desejo de transformação. Pouco sabíamos, no entanto, da magnitude dos enfrentamentos que teríamos pela frente. Dez anos depois, olho para essa trajetória como uma síntese viva das contradições do Brasil, da luta sindical e do papel estratégico das estatais na soberania nacional.

Logo que assumimos, enfrentamos nosso primeiro grande teste: uma greve de 23 dias. Foi uma resposta à tentativa da direção da Petrobras de retirar direitos históricos da categoria. Enfrentamos repressão, prisão de dirigentes, ameaças – mas saímos fortalecidos. Não apenas mantivemos direitos, como mostramos à categoria que a mobilização é o único caminho para resistir às ofensivas do capital.

A conjuntura política nacional logo desabou sobre nós. O golpe contra a presidenta Dilma Rousseff não foi apenas uma ruptura democrática: foi um movimento articulado para abrir caminho ao desmonte do Estado e à entrega do patrimônio público. A Petrobras foi o alvo principal. A Lava Jato cumpriu um papel central nesse processo, criminalizando toda a empresa e disseminando um discurso que desmoralizou os trabalhadores e trabalhadoras petroleiras. Chegamos ao ponto de ver companheiros com vergonha de usar a farda da Petrobrás.

Reagir a isso exigiu mais do que palavras de ordem. Precisávamos disputar corações e mentes, dentro e fora da categoria. Iniciamos uma intensa campanha de comunicação com a sociedade, participamos de audiências públicas, sessões em câmaras municipais, caminhadas de bairro. Desenvolvemos estratégias de diálogo popular para explicar o que estava em jogo com o fim do regime de partilha do pré-sal, a retirada da Petrobras como operadora única, e o impacto disso na soberania energética nacional.

A crise se agravou com Michel Temer. Sua “ponte para o futuro” abriu as portas do inferno para os trabalhadores. A reforma trabalhista e a terceirização irrestrita foram só o começo. No caso da Petrobras, ele impôs a política de preços de paridade internacional (PPI), que indexou os combustíveis ao dólar e ao



Foto: Arquivo

mercado externo, punindo a população brasileira com aumentos abusivos. Mesmo com as refinarias operando abaixo da capacidade, o país passou a importar derivados de petróleo em larga escala – um contrassenso absoluto, que só beneficiou importadores e acionistas privados.

Nossa resposta foi estruturar resistência. Criamos o Observatório Social da Petrobras, uma plataforma sustentada por sindicatos e federações, que reunia acadêmicos, economistas e jornalistas independentes. Produzimos estudos, desmentimos narrativas, apresentamos dados e fomos referência para diversos veículos de imprensa. Com isso, furamos a bolha e recolocamos a Petrobras no centro do debate público como bem comum e não como empresa a serviço do mercado.

A luta, no entanto, não deu trégua. A eleição de Bolsonaro radicalizou o desmonte. Refinarias foram vendidas, ativos da empresa dilapidados, programas de terceirização e demissão incentivada aprofundaram a precarização. A sede do pré-sal em Santos esteve sob ameaça de fechamento – e mesmo durante a pandemia, sob protocolos de distanciamento e uso de máscaras, fizemos mobilizações para impedir esse absurdo. Conseguimos segurar o prédio, um gesto simbólico e político de que resistir ainda era possível, mesmo sob o autoritarismo sanitário e neoliberal.

Também fomos às bases, promovemos greves, enfrentamos o desafio da fragmentação dos trabalhadores entre efetivos e contratados. Fizemos da unidade nossa prioridade: criamos tabelas salariais unificadas, construímos solidariedade interna e mostramos que lutar pelo terceirizado é lutar pelo conjunto da classe. A precarização dos contratos é porta aberta para a corrupção, e não aceitá-la é também defender a moralidade e a qualidade do serviço público.

Com a vitória de Lula em 2022, iniciamos um novo ciclo. O primeiro ato de seu governo foi suspender as privatizações em curso, inclusive da Petrobras. Mas não nos iludimos: os efeitos do desmonte seguem presentes. A reforma trabalhista ainda vigora, as terceirizações persistem, e a Petrobras não recuperou todos os seus ativos nem retomou plenamente sua missão social.

Por isso, a luta continua. Agora, disputamos o conteúdo do projeto em curso. Cobramos revogações, retomada de direitos, concursos públicos, e um modelo de gestão voltado ao povo – e não aos lucros exorbitantes dos acionistas. Estamos diante de um governo mais sensível, mas isso não basta. Como disse o presidente Lula a um grupo de dirigentes: “Eu entreguei o que vocês pediram. Agora, façam o trabalho de base para defender.”

Essa fala é reveladora. O trabalho de base é a alma do sindicalismo. É ali, nas unidades, nos bairros, nas conversas do dia a dia, que formamos consciência de classe e preparamos as próximas lutas. Nossa trajetória dos últimos dez anos prova que a luta sindical não é linha reta – é senoidal. Há avanços e retrocessos, mas a direção é sempre adiante. E o essencial é nunca recuar.

A quem chega agora ao movimento sindical, deixo uma certeza: vocês estão entrando em uma jornada dura, mas profundamente necessária. Nossa luta não tem fim. Ela se reinventa, se renova, se fortalece. Podemos estar resistindo, podemos estar avançando – mas jamais estaremos rendidos.

3. FASCISMO, DEPENDÊNCIA E SOBERANIA: POR UM NOVO PROJETO DE NAÇÃO

Manoel Elídio Rosa "Mané Gabeira" - Secretário Nacional de Finanças da Intersindical e Coordenador dos Bancários na Luta (SP)

"Nós, sindicalistas, somos construtores de sonhos. E sonhar é trabalho político. Quem não sonha, não organiza. Quem não organiza, desiste".

No cotidiano sindical, o sonho é a semente do projeto político. Sem ele, sucumbimos ao pragmatismo, ao cansaço, à desistência. E é justamente num cenário de desesperança que o fascismo cresce. Por isso, mais do que nunca, é preciso resgatar o sonho de uma nação soberana, industrializada e democrática.

A OFENSIVA DO CAPITAL E O NASCIMENTO DO NEOLIBERALISMO

A crise do capital não começou com Bolsonaro nem com Temer. Ela é estrutural. Desde 1973, após o colapso do sistema de Bretton Woods e a crise do petróleo, o capitalismo internacional viu cair sua taxa de lucro, que era em média 10%. Em resposta, impôs uma nova lógica: o neoliberalismo. Privatizações, retirada de direitos, desmonte do Estado e subordinação ao mercado passaram a ser regra. Esse pacote foi consolidado no chamado "Consenso de Washington", adotado com entusiasmo pelas elites latino-americanas.

No Brasil, isso representou a desconstrução do projeto nacional de desenvolvimento iniciado nos anos Vargas, que nos levou a crescer 8% ao ano entre 1940 e 1980. Passamos a viver sob a lógica do "voo de galinha": crescimento píffio, alternado com recessões cíclicas. E com isso, nossa base industrial encolheu: de 30% do PIB nos anos 1980 para cerca de 8% hoje. Tornamo-nos exportadores de bens primários: minério, petróleo bruto, gado e soja.

A HEGEMONIA IMPERIAL DOS EUA E O PAPEL DO DÓLAR

Essa lógica neoliberal está articulada à hegemonia geopolítica dos Estados Unidos, que, desde 1945, impuseram ao mundo o dólar como moeda de reserva global. O sistema, que inicialmente tinha lastro em ouro, passou a se sustentar no poder militar. Como afirmou Nixon em 1971, ao romper o padrão-ouro: "A garantia é o exército dos Estados Unidos". Desde então, os EUA passaram a exportar sua crise para o

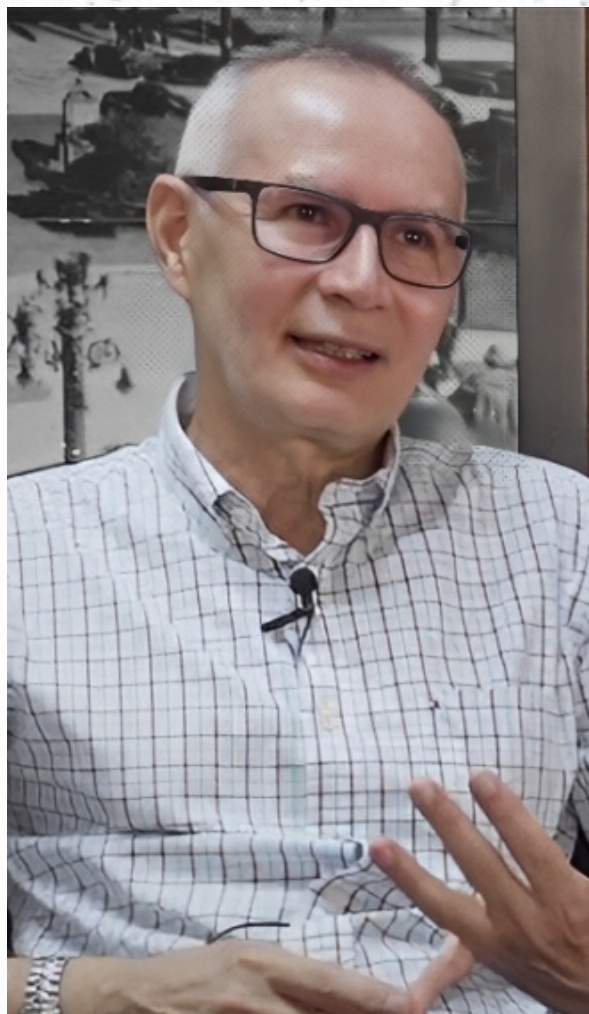


Foto: Arquivo

mundo inteiro, imprimindo dólares que os outros países são obrigados a aceitar.

Essa dominação se expressa em todos os níveis, inclusive na formação da nossa elite. Como denunciei, muitos diplomatas, militares e dirigentes do Estado brasileiro pensam com a cabeça de Washington. Foi essa elite que sustentou a ascensão de figuras como Trump e Bolsonaro – caricaturas de um fascismo contemporâneo articulado com o capital financeiro.

FASCISMO COMO PROJETO DO CAPITAL EM CRISE

O fascismo é mais do que uma figura autoritária. Ele é a expressão política do capital em crise. Quando o neoliberalismo não é mais suficiente para manter o controle, o sistema convoca o ódio, a violência e o ressentimento. Foi assim com Bolsonaro no Brasil, com Trump nos EUA, com tantos outros líderes que rompem com a civilidade democrática para instaurar um regime de exceção permanente.

Esse fascismo não se apresenta como programa econômico, mas como cruzada moral: homem contra mulher, heteros contra LGBTQIA+, brancos contra negros, etc. É uma estratégia para manter a dominação sem precisar debater políticas públicas. Ninguém se elege mais dizendo que vai cortar o financiamento da saúde ou vender a Petrobras. Se elege dizendo que vai “salvar a família”, “acabar com o comunismo” ou “destruir o sistema”.

Por isso, enfrentá-lo exige mais do que denunciar. É preciso organizar, formar e propor um novo projeto de país.

A CHINA E O DESAFIO DA SOBERANIA

Na contramão dessa decadência do imperialismo norte-americano, surge a China. Não por acaso, ela foi alvo constante de difamações – acusada de criar o coronavírus, de fazer espionagem industrial, de ameaçar o Ocidente. Mas a verdade é que a China fez o que os países do Sul global deveriam fazer: protegeu seu sistema financeiro, investiu maciçamente em educação, ciência e tecnologia, e planejou sua economia a longo prazo.

Hoje, a China já é a maior potência industrial do mundo. Produz duas vezes mais que os EUA, supera tecnologicamente em áreas-chave e se apresenta como alternativa ao eixo de dominação ocidental. É neste contexto que surgem os BRICS, com potencial para redesenhar a ordem mundial – e é por isso que a elite brasileira, profundamente colonizada, se opõe a qualquer aproximação estratégica com esse bloco.

O PAPEL DO MOVIMENTO SINDICAL

Cabe a nós, do movimento sindical, politizar esse debate. Defender a Petrobras, os Correios e os bancos públicos não é apenas proteger empregos: é defender a soberania. Lutar contra a reforma trabalhista, contra a terceirização e pela reindustrialização do país não é saudosismo: é pensar um futuro possível para os trabalhadores brasileiros.

A luta contra o fascismo não será vencida apenas nas urnas. Será vencida na rua, com enfrentamento, organização e unidade. Precisamos construir frentes amplas, populares e combativas. Precisamos formar politicamente nossos militantes, disputar a narrativa nos locais de trabalho, nas redes, nas escolas, nos sindicatos. E precisamos fazer isso com ousadia, generosidade e método.

SONHO E PROJETO DE NAÇÃO

Finalizo reafirmando: o Brasil tem condições objetivas de se tornar uma nação soberana, industrializada e justa. Temos território, população, recursos naturais e capacidade produtiva. Mas nos falta projeto. E o projeto só virá se houver organização da classe trabalhadora. É por isso que 2026 é decisivo. Não podemos permitir que o fascismo retorne. Se ele voltar, será para destruir tudo o que ainda temos.

Nossa resposta deve ser firme. Sonhar o país que queremos. Planejar a reconstrução. E lutar – com coragem e clareza – por um Brasil popular, democrático e soberano.



Mesa de abertura do Curso (12/05) - Nilza Pereira (Secretária Geral da Intersindical), Ricardo Saraiva "Big" (SEEB-Santos e Secretário de Relações Internacionais da Intersindical), Eriston Ferreira (Sindifort-CE e Secretário de Defesa do Serviço Público da Intersindical) e Pedro Otoni (Secretário de Formação da Intersindical).

4. FASCISMO, CORRELAÇÃO DE FORÇAS E A LUTA SINDICAL COMO TRINCHEIRA DA DEMOCRACIA

Ricardo "Big" Saraiva - Secretário de Relações Internacionais da Intersindical e Dirigente do Sindicato dos Bancários de Santos e Região

Iniciamos este curso de formação em um contexto político que poderia ser muito diferente – e mais sombrio – se Jair Bolsonaro tivesse sido reeleito. A própria possibilidade de estarmos reunidos aqui hoje, com liberdade para discutir, debater e formar novas lideranças sindicais, está diretamente ligada à derrota eleitoral da extrema-direita. Se esse resultado tivesse sido outro, talvez estivéssemos preocupados com nossa integridade física, e não com um espaço de formação.

Essa reflexão inicial não é retórica. Ela é pedagógica. Serve para nos lembrar de que o fascismo segue sendo uma ameaça real, tanto no Brasil quanto no mundo. E que é dever do movimento sindical compreender a dimensão dessa ameaça, identificar seus mecanismos de ação e enfrentá-la com organização, formação e luta política.

A ESTRUTURA DE PODER NO BRASIL E A CORRELAÇÃO DE FORÇAS

A estrutura institucional brasileira está longe de ser neutra. Hoje, temos um Congresso Nacional dominado por forças conservadoras, que operam em função de interesses empresariais, clientelistas e muitas vezes obscuros.

O orçamento secreto foi a expressão mais escancarada dessa lógica, alimentando esquemas de corrupção institucionalizada. A maioria do parlamento está alinhada com a lógica do capital financeiro e do agronegócio, e não com os interesses do povo trabalhador.

O Poder Judiciário, por sua vez, carrega contradições. Embora tenhamos críticas importantes ao seu papel seletivo e conservador, é necessário reconhecer que figuras como o ministro Alexandre de Moraes foram fundamentais para conter o avanço autoritário do bolsonarismo. Sua atuação foi decisiva para impedir a instalação de um regime fascista, especialmente após os atentados golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Mesmo com a vitória de um governo democrático, a correlação de forças institucional continua extremamente adversa. Foi por isso que, em reunião com dirigentes sindicais, o presidente Lula foi categórico:

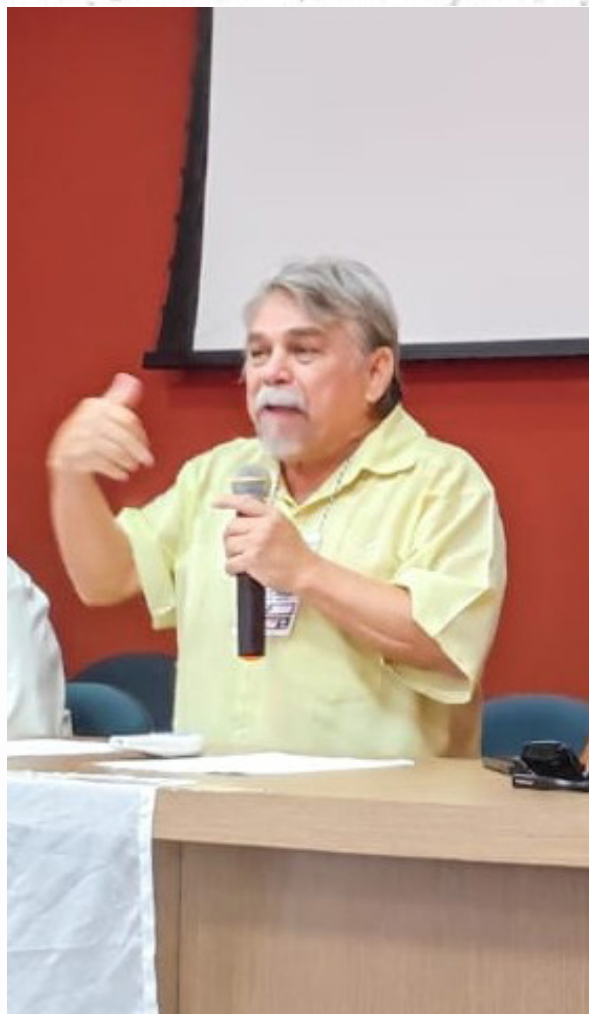


Foto: Márcio José Pereira dos Santos

“Ajudem a gente a mudar este país. Sem luta, não há possibilidade de transformação.” A mensagem é clara: o governo precisa do povo mobilizado para avançar.

A NOVA CLASSE TRABALHADORA E OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Durante décadas, nossa ação sindical foi centrada em categorias com vínculo formal, jornada fixa, benefícios trabalhistas. Eu mesmo, com 50 anos de Banco do Brasil, conheci esse modelo. Mas essa realidade mudou. Hoje, grande parte da classe trabalhadora está nos aplicativos, na informalidade, em ocupações sem garantias legais ou estabilidade.

Os trabalhadores de aplicativos não têm hora para almoçar, para descansar, nem proteção social. Se não trabalham, não recebem. Se adoecem, ficam desamparados. O desafio do sindicalismo é encontrar formas de organização adequadas a essa nova classe. Não podemos insistir em moldes do século XX para enfrentar os dilemas do século XXI. A Intersindical tem buscado justamente isso: reconhecer as novas formas de trabalho e propor novos modelos de representação.

É preciso garantir que esses trabalhadores tenham direitos, mesmo em formatos flexíveis de trabalho. Isso implica, inclusive, repensar nossa própria estrutura sindical, com escuta ativa, presença nos territórios e linguagem acessível. O objetivo é disputar corações e mentes, construindo unidade política a partir da diversidade de formas de inserção no mundo do trabalho.

O FASCISMO GLOBAL E O EFEITO TRUMP

O avanço do fascismo não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Países como Hungria, Itália, França e Alemanha também viram crescer forças neofascistas. Mas o caso paradigmático é o dos Estados Unidos. A eleição de Donald Trump deu impulso a uma nova geração de líderes autoritários ao redor do mundo. Inclusive no Brasil, onde bolsonaristas celebraram Trump como referência, chegando a usar seus bonés e repetir seu discurso ultra-nacionalista.

Contudo, o tempo mostrou os limites desse projeto. As trapalhadas e crimes políticos de Trump, inclusive sua incitação ao ataque ao Capitólio, fizeram com que sua imagem se desgastasse – e com ela, o entusiasmo global pela extrema-direita. Nos últimos anos, assistimos à vitória de candidatos progressistas em países como Austrália, Canadá e Uruguai, muitas vezes sob o chamado “efeito rebote” ao trumpismo. O fascismo chegou a um auge, mas encontrou resistência – e, em alguns casos, recuo.

No Brasil, embora o bolsonarismo tenha sofrido derrota eleitoral, ele segue sendo uma força social e política. Os governadores alinhados a Bolsonaro, inclusive aqui em São Paulo, estão mais silenciosos, mas continuam ativos. Estão apenas reconfigurando sua tática, à espera de uma nova oportunidade para retomar o poder.

DISPUTA GEOPOLÍTICA E O PAPEL DOS BRICS

No plano internacional, os Estados Unidos enfrentam um declínio relativo em sua hegemonia. A China já ultrapassa os EUA em produção industrial, lidera em várias tecnologias e promove articulações como os BRICS – que terão reunião sediada no Brasil em breve. O próprio presidente Lula tem se envolvido diretamente nessas articulações, buscando alternativas à dependência do dólar e ao controle do Ocidente sobre os fluxos econômicos globais.

Essa mudança de eixo geopolítico é uma oportunidade para o Brasil. Mas ela exige que o país tenha projeto. Projeto de soberania, de industrialização, de inclusão social. E isso só será possível com o protagonismo dos movimentos sociais e do movimento sindical.

A mídia tradicional, com seu monopólio narrativo, não ajudará nesse processo. Ao contrário, opera sistematicamente para deslegitimar o povo organizado. Precisamos construir nossas próprias narrativas, formar nossos próprios comunicadores e disputar os meios digitais com a mesma competência que a direita. A guerra da informação é uma guerra política.

2026: UM DIVISOR DE ÁGUAS

A eleição de 2026 será uma encruzilhada histórica. A extrema-direita está se reorganizando. E se voltar ao poder, não virá com o mesmo nível de tolerância. Virá para esmagar qualquer resistência – sindical, social, política. É por isso que o movimento sindical precisa assumir a tarefa de mobilizar, formar e organizar. Nossa missão é garantir que a alternativa democrática siga viva – e que ela avance.

Mas não basta garantir eleições. É preciso preparar sucessões, formar lideranças populares, construir projeto político. A luta não se encerra com a vitória eleitoral. Ela começa ali. E só terminará quando o Brasil for, de fato, um país soberano, justo e democrático para toda a sua gente.



Mesa de Análise de Conjuntura. Com a participação de Nilza Pereira, Ricardo Saraiva "Big", Fábio Mello (Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista) e Manuel Elídio Rosa "Mané Gabeira" (Bancários na Luta - Intersindical/SP).

5. DEBATE DE CONJUNTURA

Após as exposições, os/as cursistas realizaram comentários sobre a conjuntura nacional. Estas intervenções foram registradas e transformadas nos textos que se seguem.

5.1. ALEXANDRE MOIZINHO - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM DIREITOS (RJ)

Alexsandro iniciou sua intervenção destacando o contraste simbólico e ideológico entre duas lideranças globais: de um lado, o presidente da China, que fala em “prosperidade comum para um mundo compartilhado”; de outro, Donald Trump, com seu lema “America First” – América em primeiro lugar. Para ele, essa diferença não é apenas retórica, mas representa uma transição histórica de paradigmas: da hegemonia unipolar, marcada pelo imperialismo estadunidense, para um novo mundo multipolar, influenciado por valores milenares do confucionismo e do taoísmo, que jamais estiveram ligados a guerras de invasão como as promovidas pelos EUA.

Segundo Alexsandro, os Estados Unidos, fundados sob a ideologia do “destino manifesto”, assumiram para si uma missão civilizatória que justificou séculos de colonialismo e violência global. E, nesse cenário de transição, ele questiona: qual o papel do Brasil nesse novo mundo? Sua resposta é clara: o Brasil deve se alinhar ao Sul Global e aos BRICS, fortalecendo sua posição com base na soberania, industrialização e protagonismo próprio.

Ele criticou severamente os efeitos da Lava Jato, que desestruturou setores estratégicos da economia brasileira – como a engenharia pesada, a construção civil, o setor naval, o petróleo e gás – destruindo um capitalismo produtivo que concorria com os Estados Unidos na América Latina e na África. Em seu lugar, foi implantado um modelo de capitalismo comercial, simbolizado por redes como Magazine Luiza e Havan, que nada produzem, apenas vendem produtos importados, lucrando sobre a superexploração dos trabalhadores precarizados.

A comparação com a Suíça, que não produz café nem cacau, mas exporta os chocolates mais caros do mundo, serviu para ilustrar o quanto o Brasil está fora das cadeias globais de valor. O país, segundo ele, virou um grande “Fazendão”, exportando commodities e importando tecnologia de alto valor agregado, sem possuir um único celular ou carro de fabricação nacional. Esse retrocesso é fruto direto do receituário neoliberal imposto pelo Consenso de Washington: privatização, abertura econômica, Estado mínimo, liberdade total para o mercado.

Contrastando com isso, ele exaltou o modelo chinês, onde 90 grandes empresas estatais do porte da Petrobras convivem com mais de 20 bancos públicos semelhantes ao BNDES. Uma nação que colocou 400 milhões de pessoas na classe média e erradicou a pobreza extrema – enquanto o Brasil regrediu. Alexsandro também chamou atenção para o novo campo de batalha: a guerra informacional. A eleição de Bolsonaro, em 2018, foi operada não por tanques nas ruas, mas por uma avalanche de fake news via WhatsApp, que mobilizou “as tias do Zap” e transformou celulares em campos de guerra cognitiva. Ele ressaltou que, enquanto os chineses protegem sua soberania tecnológica ao não permitir a dominação por redes sociais estrangeiras, o Brasil segue submisso às plataformas americanas.

Para ele, o combate ao fascismo não pode se limitar à defesa abstrata da democracia liberal. É preciso qualificar esse debate com a afirmação da soberania nacional e popular. Nesse sentido, defendeu que a esquerda reivindique os símbolos nacionais – como a bandeira verde e amarela – tradicionalmente sequestrados pela extrema-direita. Para Alexandro, o verde representa a mata, o amarelo o ouro, o azul o céu do povo brasileiro. E o nacionalismo precisa ser recolocado no campo da esquerda, pois “nós somos os verdadeiros defensores da nação”.

Encerrando, propôs uma estratégia ofensiva que desloque a extrema-direita para a defensiva, com pautas como o fim das isenções fiscais para os mais ricos, taxaço das grandes fortunas, a defesa dos bens comuns como a água, e a reestatização de serviços essenciais. Propôs também o resgate das lutas populares e das formas de comunicação próprias, para disputar os sentidos do presente e do futuro.

Na sua complementação, Alexandro destacou que a reindustrialização é central não apenas para a economia, mas para a geração de empregos de qualidade. Lembrou que nos países capitalistas centrais, como Alemanha, Coreia do Sul e EUA, o desemprego é inferior a 3%, mesmo com o avanço da automação, porque há uma política ativa de qualificação. Já na periferia do capitalismo, como o Brasil, a automação e a plataformização significam desemprego e precarização. Ele contou que sua própria mãe, com 60 anos, teve que virar MEI – e que, em breve, até cabeleireiras trabalharão por aplicativos. Alertou que o futuro do trabalho está sendo decidido agora, e que a luta por direitos não pode ignorar essa realidade.

5.2. FRANCISCA ALDAMIRA PEREIRA DA SILVA - DIRETORA DO SINDIFORT (CE)

Francisca iniciou sua fala com uma reflexão pessoal sobre sua trajetória de militância, marcada inicialmente pelas redes sociais. Contou que começou atuando online, mobilizando pessoas, até que foi convidada a se engajar diretamente nos movimentos sindicais e populares. Essa transição da militância digital para a luta presencial reforça, segundo ela, a importância do envolvimento direto com as bases e com a comunidade.

Em sua fala, destacou a importância do que foi exposto por Big, especialmente no que diz respeito à necessidade da luta constante por democracia e justiça social. Trouxe uma preocupação específica: a falta de conscientização política da população sobre a relevância das eleições legislativas. Disse que, embora as pessoas costumem ter alguma noção sobre em quem votar para presidente, ao escolher deputados federais e estaduais a lógica ainda é clientelista: “as pessoas votam quando alguém diz ‘bota nesse meu deputado’”.

Francisca defendeu o papel dos militantes sindicais como educadores populares. Segundo ela, é fundamental que dirigentes e militantes levem esse debate político para a base, explicando a função de cada cargo, a importância das eleições parlamentares e como elas impactam diretamente as lutas trabalhistas e sociais. Para ela, a luta não se limita ao ambiente sindical, mas precisa alcançar as comunidades e os espaços onde as pessoas vivem e trabalham.

5.3. ROGER MEDEIROS - SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ E DIREÇÃO NACIONAL DA INTERSINDICAL

Roger Medeiros destacou a riqueza do debate e a qualidade das análises apresentadas, especialmente mencionando a contribuição de Manoel Elídio e de Alexandro Moizinho, cujas falas considerou provocadoras e instigantes. A partir delas, propôs uma reflexão estratégica: “se o nosso inimigo é o fascismo, por

qual projeto esse inimigo luta – e qual é o nosso?”

Com essa pergunta, Rogér organizou sua intervenção em torno da análise das estratégias do imperialismo estadunidense para manter sua hegemonia global, mesmo em meio à sua decadência econômica. Enumerou quatro pilares dessa estratégia:

1. **A guerra tarifária e o papel do dólar como moeda de reserva mundial** – destacando a função central do controle monetário global.
2. **A dominação no Oriente Médio** – especialmente o genocídio em Gaza, que serve como elemento de controle geopolítico e militar sobre recursos estratégicos, como o petróleo.
3. **O papel das Big Techs no controle social** – que funcionam como instrumentos de manipulação cognitiva em escala global. Rogér citou, inclusive, o impacto disso nas escolas e a decisão de alguns países, como Alemanha e Brasil, de proibir o uso de celulares em sala de aula, alertando para o uso programado da distração como ferramenta de dominação.
4. **A crise ambiental como limite objetivo do capital** – uma nova fronteira de contradição entre capital e natureza, onde os interesses econômicos se chocam com a preservação da vida no planeta.

Em sua conclusão, Rogér defendeu a construção de uma frente ampla contra o fascismo, mas advertiu para o risco de essa frente ser esvaziada se não for sustentada por uma estratégia de unidade popular com autonomia da classe trabalhadora. “Se a gente abre mão da nossa estratégia de defender os interesses da classe, também abrimos mão da nossa capacidade de organização.”

Criticou visões que, sob o argumento de “radicalidade”, se opõem ao governo Lula sem considerar que sua queda representaria um desastre para os trabalhadores. Reafirmou que, mesmo com contradições, este é o governo que está colocado e precisa ser defendido com responsabilidade histórica. Finalizou defendendo o trabalho de base como instrumento fundamental de disputa e transformação, destacando a importância da proximidade com os locais de trabalho e da atuação política cotidiana e orgânica.

5.4. ANA CAROLINA MARTINS DA CONCEIÇÃO - DIRETORA DO SINDIFORT (CE)

Ana Carolina iniciou sua intervenção relacionando as falas dos expositores, especialmente a de Fábio Mello, com a realidade vivida pelos militantes sindicais nos territórios e nos movimentos populares. Resaltou a importância do trabalho de conscientização não apenas entre os trabalhadores organizados, mas também com vizinhos, amigos e a comunidade em geral.

Ela trouxe um alerta sobre as possíveis consequências da desatenção da classe trabalhadora frente ao avanço do fascismo. Lembrou que, durante o governo Bolsonaro, o país viveu um período de retrocessos e medo, especialmente durante a pandemia da COVID-19. Como profissional da área da saúde, relatou a dor de ver muitas pessoas morrerem – inclusive aquelas que não tinham comorbidades e que acreditavam que dinheiro ou posição social poderiam protegê-las. “A pandemia mostrou que não havia distinção, e que mesmo quem achava que estava seguro acabou sendo vítima.”

Com emoção, afirmou: “Nós estamos aqui porque somos sobreviventes. Sobreviventes da pandemia e

do governo Bolsonaro.” Essa condição, segundo ela, impõe uma responsabilidade: compartilhar o que foi aprendido nesse período para que os retrocessos não se repitam.

Ana Carolina reforçou que a luta contra o fascismo precisa partir da base, com conversas simples, distribuição de folhetos e uso das redes sociais para transmitir o que se aprende nos espaços de formação como o curso. Disse que muitas pessoas perecem “por falta de conhecimento” – e que cabe aos militantes levar informação com sensibilidade, paciência e escuta.

5.5. FRANCIANE LIMA LEITE - SINDIFORT (CE)

Franciane reafirmou as intervenções de suas colegas do Ceará, destacando a urgência da mobilização para as eleições de 2026. Alertou que, além de reeleger o governo Lula, será necessário construir uma base parlamentar capaz de sustentá-lo, elegendo deputados e senadores comprometidos com os interesses da classe trabalhadora.

Lembrou uma citação do professor Pedro Otoni, que dizia que quando a direita constrói um inimigo fictício da esquerda – o “comunista” – ela cria as bases do fascismo. Essa caricatura do comunismo como ameaça extrema foi usada historicamente para justificar perseguições e para criar medo, especialmente entre os mais pobres. “Hoje, dizem que o Lula não pode ser presidente porque é pobre. Eles não suportam ver um pobre mandando”, comentou, criticando o preconceito de classe disseminado pela elite conservadora.

Franciane defendeu o reconhecimento das conquistas do governo Lula, especialmente a prioridade dada ao combate à fome e às políticas sociais. “Foi a primeira medida do governo, tentar tirar o povo do mapa da fome.” Reforçou que, como educadora, vê na educação o próximo passo fundamental. Disse que ainda há muitas crianças, como sua filha de 9 anos, que não sabem ler – revelando que o analfabetismo continua sendo um problema estrutural.

Denunciou o sucateamento da escola pública e as estratégias do sistema para manter a população na ignorância: “quanto menos conhecimento você tem, mais fácil é ser controlado”. Para ela, o sistema não quer uma população educada e crítica, mas conformada. Concluiu destacando que os dirigentes sindicais devem ser multiplicadores desse conhecimento, e que a formação sindical é parte fundamental da luta por um país mais justo.

5.6. ENEIDA KOURY - SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SANTOS E REGIÃO

Eneida trouxe uma reflexão profunda sobre o papel da linguagem na dominação ideológica e cultural exercida pelo capitalismo. Denunciou o apagamento do conceito de “classe trabalhadora” e sua substituição por termos como “colaborador” ou “parceiro”, que diluem a consciência de exploração e impedem a identificação do patrão como agente da opressão.

Segundo ela, o capitalismo impõe uma narrativa meritocrática onde “quem se esforça vence”, jogando sobre o indivíduo toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso. Com isso, enfraquece-se a solidariedade de classe e a compreensão das causas estruturais da desigualdade.

Eneida explicou que a nova linguagem empresarial induz os trabalhadores a acreditarem que são quase sócios da empresa, apagando a noção de venda da força de trabalho. Isso dificulta a organização sindical

e a reivindicação de direitos, pois o trabalhador não se reconhece como explorado, mas como “agraciado com um emprego”.

Para ela, os sindicalistas precisam estar atentos a essa disputa simbólica e ideológica. Disse que até mesmo dirigentes sindicais são afetados por essa lógica, adotando um discurso que enfraquece a luta de classes. Reafirmou que “existem lados”: o lado da burguesia, que explora, e o lado dos trabalhadores, que vendem sua força de trabalho. E que a luta sindical só faz sentido se estiver ancorada nesse reconhecimento.

5.7. ERISTON FERREIRA - SINDIFORT (CE)

Eriston encerrou o debate com uma fala densa e articulada, colocando no centro a disputa de classes e o papel das big techs como instrumentos de dominação contemporânea. Afirmou que o capital, ao controlar os dados e comportamentos nas redes sociais, tem acesso às fragilidades, desejos e padrões dos indivíduos – e manipula essas informações para influenciar escolhas políticas e subjetivas.

Disse que a disputa hoje não se dá apenas nos parlamentos ou nos locais de trabalho, mas no campo informacional. Para ele, estamos no meio de uma guerra: não só ideológica, mas também econômica e ambiental – “uma terceira guerra mundial que se dá por outros meios”.

Eriston compartilhou seu hábito de ouvir tanto canais progressistas quanto conteúdos da direita, como forma de entender o pensamento do inimigo. Considera isso uma espécie de “vacina ideológica”, que permite preparar a militância para o enfrentamento político mais qualificado.

Fez uma ponte entre o cenário global e o cotidiano dos trabalhadores informais, precarizados, dos aplicativos e da tecnologia. Disse que o trabalhador da barraquinha de tapioca, o entregador, o servidor público e o técnico de TI precisam se reconhecer como parte de uma mesma classe explorada.

Alertou ainda para o risco ambiental iminente, destacando que já ultrapassamos os limites de sustentabilidade e que o modelo capitalista de desenvolvimento nos empurra para o colapso ecológico. Finalizou com uma imagem poderosa: comparando a riqueza dos bilionários ao dinheiro que se torna inútil na cena do Titanic, onde o verdadeiro valor é a vida. Disse que nossa maior riqueza é a solidariedade, a coletividade e o compromisso com a transformação do mundo.



EIXO II

SINDICALISMO CLASSISTA

1. TRABALHO EM GRUPO SOBRE O SINDICALISMO CLASSISTA

Durante a dinâmica em grupo realizada na tarde do dia 13 de maio, os cursistas aprofundaram a análise dos princípios e características do sindicalismo classista. Utilizando trechos da *Cartilha de Formação nº 01* da Intersindical como referência, os grupos apresentaram diferentes dimensões dessa concepção sindical, reafirmando seu compromisso com a transformação social e com a defesa da classe trabalhadora.

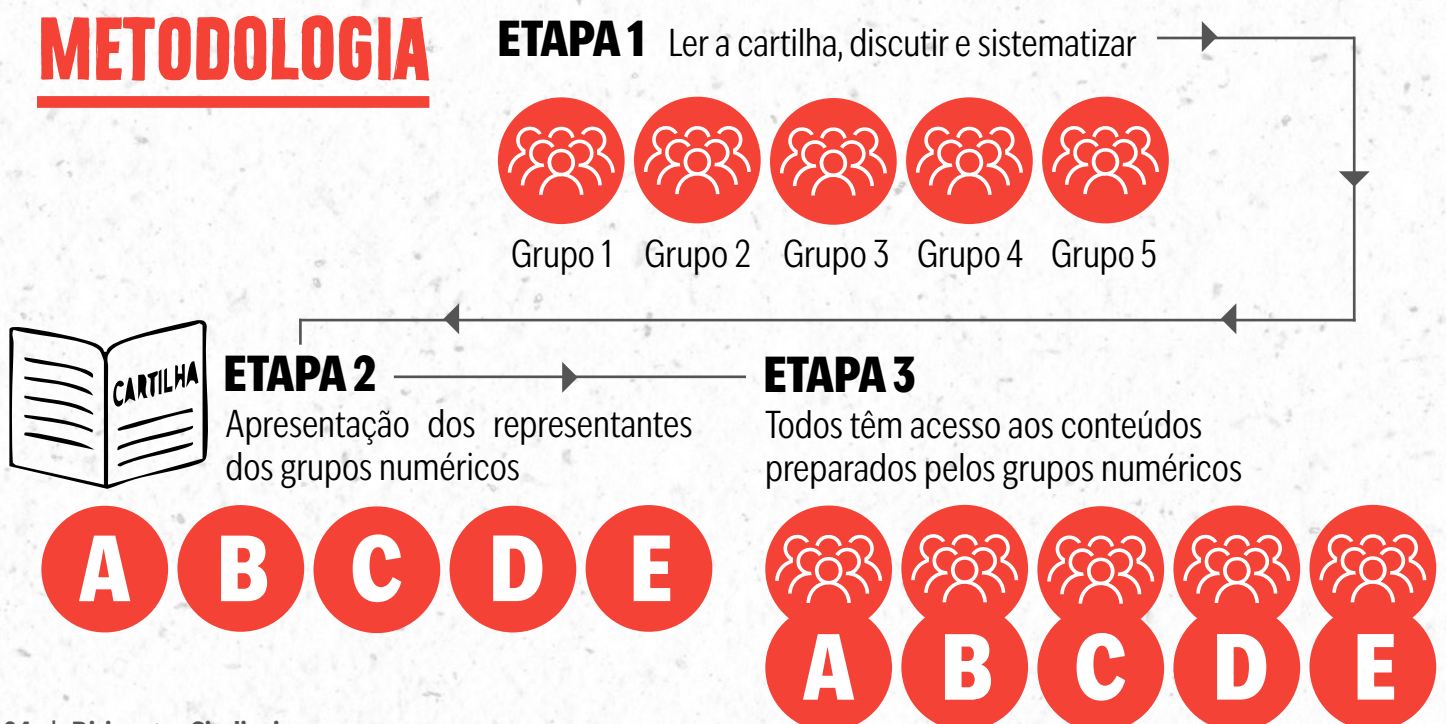
1.1. METODOLOGIA DO TRABALHO EM GRUPO

A atividade foi estruturada em três etapas, com o objetivo de aprofundar o estudo e a compreensão da concepção do sindicalismo classista. A metodologia adotada buscou promover a leitura crítica, a construção coletiva do conhecimento, a expressão oral e a troca entre os cursistas, de forma que todos pudessem se apropriar do conteúdo da Cartilha de Formação nº 01 da Intersindical.

A **primeira etapa da atividade** consistiu na organização dos cursistas em cinco grupos numéricos. Cada grupo ficou responsável por um trecho específico da cartilha que tratava dos princípios do sindicalismo classista, com a tarefa de realizar a leitura, debater coletivamente o conteúdo e elaborar um pequeno roteiro de apresentação. O foco estava na sistematização das ideias centrais, com base em uma compreensão aprofundada do trecho estudado. Essa etapa teve como objetivo fomentar a leitura ativa e o diálogo entre os participantes, gerando interpretações coletivas que pudessem subsidiar a etapa seguinte.

Na **segunda etapa**, os participantes foram redistribuídos em novos grupos, agora organizados por letras, formando cinco grupos alfabéticos. Cada um desses grupos reuniu representantes de todos os grupos numéricos, de modo que os cursistas passaram a compor equipes heterogêneas, com membros responsáveis por diferentes partes da cartilha. Essa composição permitiu que, em cada grupo alfabético, todos os trechos do material fossem apresentados e debatidos. A dinâmica garantiu que cada cursista compartilhasse com os demais o conteúdo que estudou na primeira etapa, promovendo um processo de socialização horizontal do conhecimento.

A proposta metodológica teve como principal objetivo assegurar que todos os cursistas tivessem acesso ao conjunto dos conteúdos da cartilha, ainda que cada pessoa tenha lido apenas um trecho. O compartilhamento estruturado permitiu a reconstrução coletiva do conteúdo total do material, fortalecendo o entendimento sobre os princípios, valores e práticas do sindicalismo classista. A atividade, portanto, não apenas estimulou a leitura crítica e o trabalho em equipe, como também criou um ambiente formativo de construção compartilhada, em sintonia com os fundamentos da pedagogia popular e da prática sindical transformadora.



A atividade desafiou os participantes a debater coletivamente os fundamentos do sindicalismo classista, resultando em um conjunto de reflexões que expressa uma prática sindical combativa, solidária e enraizada nas necessidades e sonhos da classe trabalhadora. Logo após a segunda etapa, os grupos alfabéticos elaboraram cartazes com a síntese geral dos princípios do sindicalismo classista. A seguir, apresentamos o acúmulo consolidado dessas apresentações, refletindo a riqueza dos debates e o acúmulo coletivo construído ao longo do processo formativo.

1.2. O QUE É SINDICALISMO CLASSISTA?

O sindicalismo classista é uma concepção de organização sindical baseada na compreensão de que a sociedade está dividida em classes com interesses antagônicos: de um lado, a classe trabalhadora; de outro, a burguesia e o capital. Ao contrário de modelos conciliatórios ou assistencialistas, o sindicalismo classista entende que os sindicatos devem atuar não apenas na defesa de direitos imediatos, mas também na construção de um projeto histórico de superação da exploração e das desigualdades sociais. Esse modelo implica organizar a luta desde a base, com autonomia frente a governos, patrões e partidos, e com a transformação da sociedade como horizonte estratégico.

1.2.1. O PONTO DE PARTIDA É A LUTA DE CLASSES

Os grupos destacaram como elemento central que define o sindicalismo classista é que seu ponto de partida é a realidade concreta da luta de classes. Por isso, os sindicatos não devem se restringir a negociações pontuais ou corporativas, mas se constituírem como instrumentos de enfrentamento ao projeto burguês de sociedade. Isso exige uma atuação enraizada nos territórios, nos locais de trabalho e nas comunidades, com o objetivo de fortalecer a organização da classe trabalhadora como sujeito político de transformação.

Os grupos debateram e chegaram a seguinte formulação dos princípios:

1.2.2. DEMOCRACIA

No debate realizado pelos grupos durante o curso, o princípio da democracia foi apresentado como um dos pilares fundamentais do sindicalismo classista. Não se trata apenas da democracia formal, restrita ao direito de voto ou à escolha de representantes, mas de uma democracia substantiva, que pressupõe participação ativa, horizontalidade nas decisões e construção coletiva. Os participantes destacaram que o exercício democrático se concretiza na escuta constante da base, no respeito às decisões coletivas tomadas em assembleias e na garantia de que todos e todas tenham espaço para se expressar e contribuir com os rumos da entidade sindical. A democracia, nesse sentido, é método e valor estratégico: é o que legitima a atuação sindical e fortalece o vínculo entre direção e base.

Foi também enfatizado que a democracia no sindicalismo classista deve ser permanente, cotidiana e militante. Não pode se restringir aos períodos eleitorais internos das entidades. Ao contrário, ela se constrói na prática diária do trabalho de base, na organização nos locais de trabalho, na transparência das decisões e no compromisso com a verdade frente à categoria. Esse modelo democrático se contrapõe ao sindicalismo burocratizado e verticalizado, aproximando o sindicato de sua razão de existir: ser instrumento coletivo de luta e transformação.

1.2.3. AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

Durante as apresentações dos grupos, o princípio da autonomia e independência sindical foi tratado

como condição indispensável para a prática do sindicalismo classista. Os participantes destacaram que a autonomia não significa neutralidade política, mas a capacidade dos sindicatos de definirem seus próprios rumos, estratégias e formas de luta sem subordinação a governos, partidos políticos, patrões ou instituições estatais. Essa autonomia garante que o sindicato atue com liberdade para representar os interesses da classe trabalhadora, mesmo quando isso implica confrontar governos considerados aliados ou romper com estruturas institucionais que tentam limitar sua ação.

A independência sindical também foi discutida como um valor que fortalece a credibilidade da entidade perante a base. Quando o sindicato mantém sua autonomia organizativa e política, reforça sua legitimidade e sua conexão com os trabalhadores e trabalhadoras que representa. Os grupos ressaltaram ainda que essa independência deve ser acompanhada de uma clareza estratégica: é a partir da análise concreta da realidade e do compromisso com os interesses da classe que o sindicato define suas alianças, sua agenda e sua atuação. Assim, a autonomia e a independência são não apenas princípios organizativos, mas instrumentos para garantir que o sindicalismo classista permaneça fiel ao seu projeto de transformação social.

1.2.4. UNIDADE

O princípio da unidade foi amplamente valorizado nas apresentações dos grupos como uma força vital para a ação do sindicalismo classista. Os participantes destacaram que a unidade da classe trabalhadora não é um ponto de partida, mas um objetivo a ser permanentemente construído por meio do diálogo, da escuta e da busca de consensos progressivos. Em um cenário marcado por fragmentações entre categorias, setores e formas de contrato de trabalho – formais, informais, terceirizados, servidores públicos, trabalhadores de aplicativos – a construção da unidade exige compromisso político e clareza de projeto. A unidade não significa uniformidade, mas a capacidade de somar diferentes experiências e trajetórias em torno de interesses comuns.

Foi ressaltado também que a unidade fortalece a luta da classe trabalhadora frente ao poder econômico e institucional do capital. Quando os trabalhadores atuam de forma dispersa, são facilmente derrotados. Mas quando constroem articulações amplas, conseguem barrar retrocessos, arrancar conquistas e formular alternativas. Os grupos lembraram experiências concretas em que a união entre diferentes categorias, movimentos populares e centrais sindicais foi decisiva para a resistência a ataques como as reformas trabalhista e da previdência. A unidade, no sindicalismo classista, é uma estratégia de fortalecimento coletivo e uma prática política cotidiana que se constrói desde a base.

1.2.5. AÇÃO DIRETA

Nas apresentações dos grupos, o princípio da ação direta foi abordado como uma das expressões mais autênticas da força organizada da classe trabalhadora. Os cursistas enfatizaram que, no sindicalismo classista, a ação direta não é apenas uma tática de mobilização, mas um método pedagógico e político que fortalece a consciência de classe e a autonomia dos trabalhadores. Greves, paralisações, ocupações, piquetes, atos públicos e bloqueios foram mencionados como instrumentos legítimos e necessários de enfrentamento ao capital, principalmente diante de um sistema institucional que, muitas vezes, deslegitima ou bloqueia os canais formais de negociação.

A ação direta foi também defendida como um instrumento de construção coletiva do protagonismo da base. Ao colocar os trabalhadores em movimento, participando ativamente das decisões e da luta, ela

rompe com a lógica da representação passiva e impulsiona a autogestão da luta. Os grupos destacaram exemplos em que a mobilização direta, mesmo em contextos adversos, foi fundamental para barrar retrocessos, pressionar patrões ou governos e, sobretudo, gerar aprendizados políticos duradouros. No sindicalismo classista, a ação direta é mais do que um instrumento de pressão: é uma forma de construção de poder popular e de afirmação da luta coletiva como caminho de emancipação.

1.2.6. SOLIDARIEDADE

Durante os debates em grupo, a **solidariedade de classe** foi apresentada como um princípio estruturante do sindicalismo classista. Os cursistas destacaram que a solidariedade, nesse contexto, ultrapassa a dimensão moral ou assistencialista, e se afirma como um método de organização e de luta entre os trabalhadores. Em um mundo do trabalho cada vez mais fragmentado, com vínculos precários, informais e uberizados, a solidariedade é o que permite reconhecer no outro – mesmo que em condições diferentes – um companheiro ou companheira de classe. Ela rompe com o individualismo imposto pelo capital e constrói laços coletivos a partir do reconhecimento de um destino comum.

Os grupos também ressaltaram que a solidariedade precisa ser ativa e concreta. Isso significa se posicionar e agir diante das lutas de outras categorias, dos ataques a setores específicos da classe ou de pautas que, à primeira vista, não atingem diretamente uma base sindical, mas que enfraquecem o conjunto da classe trabalhadora. Foram lembradas experiências de apoio a greves de outras categorias, mobilizações conjuntas com movimentos populares e campanhas de enfrentamento à fome e à miséria durante a pandemia. A solidariedade, no sindicalismo classista, é força estratégica: unifica, fortalece e amplia a capacidade de enfrentamento ao capital. Ela é expressão prática do princípio de que “ninguém solta a mão de ninguém” na luta por direitos, dignidade e emancipação.

1.2.7. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DAS APRESENTAÇÕES DOS GRUPOS

A seguir, alguns temas importantes que caracterizam o sindicalismo classista e que apareceram nas apresentações dos grupos.

A) ORGANIZAÇÃO PELA BASE

A centralidade do trabalho de base foi um ponto fortemente abordado. Os grupos relataram que é no local de trabalho, na comunidade, nas escolas e nos espaços de convivência que se formam os vínculos de solidariedade e luta. A organização pela base fortalece a identidade de classe e contribui para que os sindicatos se mantenham representativos e mobilizadores. A escuta ativa, o vínculo cotidiano e o estímulo à auto-organização foram apresentados como elementos centrais dessa estratégia.

B) FORMAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

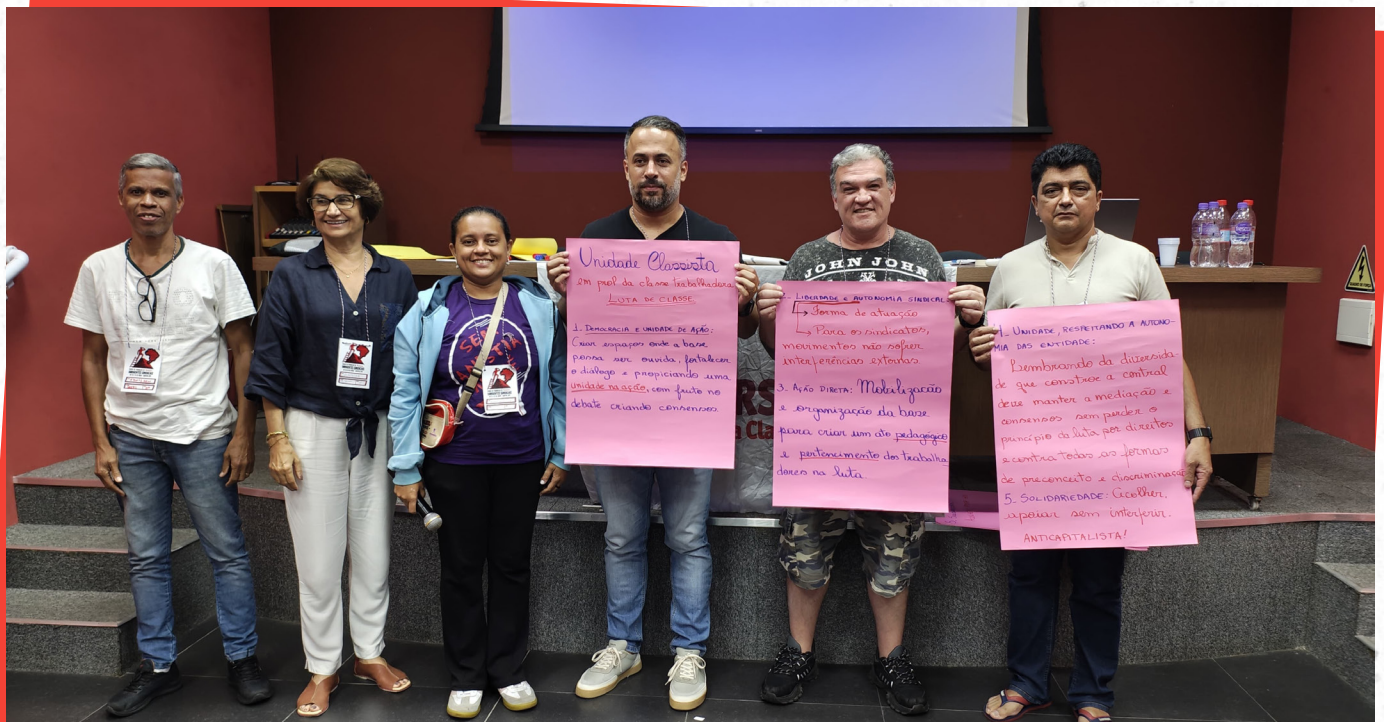
Os grupos reforçaram o papel fundamental da formação política como instrumento de emancipação. O sindicalismo classista compreende que só a consciência crítica permitirá à classe trabalhadora compreender suas condições de exploração e se mobilizar por transformações estruturais. As ações formativas devem partir da realidade vivida pelos trabalhadores, valorizando seus saberes e articulando teoria e prática.

C) LUTA POR UM PROJETO ALTERNATIVO DE SOCIEDADE

O sindicalismo classista foi compreendido como parte de uma estratégia maior de superação do capitalismo. Os grupos apontaram que é preciso articular a luta por direitos imediatos com a construção de um projeto popular de sociedade, baseado na justiça social, na igualdade, na soberania popular e na valorização do trabalho. Essa dimensão estratégica diferencia o sindicalismo classista de modelos reformistas ou corporativos.

D) A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE DISPUTA

Alguns grupos destacaram o papel da comunicação na disputa de hegemonia. Ressaltaram que é **necessário construir narrativas que confrontem o senso comum e revelem a realidade da exploração**. A comunicação sindical deve ser acessível, combativa e enraizada nas experiências concretas da classe. É um instrumento de formação, mobilização e denúncia.



Cursistas apresentam resultado dos trabalhos em grupo com o tema sindicalismo classista (13/05).



EIXO III

TRANSFORMAÇÕES DO

MUNDO DO TRABALHO

1. MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Edson Carneiro "Índio" - Direção da Intersindical

Vivemos um período de aceleração das mudanças no chamado mundo do trabalho, marcadas pela ofensiva do grande capital para capturar a renda, reduzir o valor e conter as forças do trabalho. Num país de dimensões continentais como o Brasil, marcado por desigualdades históricas, desigualdades econômicas, desigualdades regionais profundas, país cuja formação escravocrata é a única explicação para submeter mais de 7 milhões de mulheres ao trabalho doméstico sem os direitos básicos garantidos pela Constituição Federal. País em que ainda persiste trabalho escravo, em que milhões trabalham e não recebem o mínimo necessário para a reprodução social, para viver com dignidade.

A situação de precariedade que prevalece no mercado de trabalho no Brasil de hoje é também o resultado concreto das políticas econômicas adotadas depois de 2015, principalmente depois do golpe contra o governo da presidenta Dilma. Política econômica recessiva para a derrubada da atividade econômica, aumento do desemprego provocado para reduzir salários e reduzir a força de pressão dos trabalhadores. Tudo para interromper o processo de valorização dos salários, principalmente do salário mínimo. Desemprego como projeto.

A precariedade atual é também resultado da ampla privatização do setor público, do aumento significativo da terceirização também no setor público, da entrada das empresas privadas com muito peso no setor de serviços que antes eram operados pelo poder público. É resultado das incontáveis mudanças legislativas como a terceirização irrestrita, a reforma trabalhista, que legalizou a burla, chancelou todas as formas precárias, deu segurança jurídica para as empresas implantar o vale tudo e exterminar direitos de quem trabalha.

Neste momento, é importante observar a própria ação do judiciário de permitir a burla através não apenas da terceirização, mas também da pejotização, do MEI, ou mesmo como acontece com quem trabalha pelas plataformas de aplicativos, de propriedade de grandes oligopólios.

Sobre essa situação, não podemos esquecer que era o mote do Bolsonaro candidato: o brasileiro precisa decidir se quer trabalho ou se quer direitos. Lembra disso? A ideia é que os direitos trabalhistas e sociais no Brasil são um empecilho para os negócios das empresas, direitos que as empresas não podem pagar.



Foto: Arquivo

Uma falácia. A mesma de sempre.

Segundo a PNAD de 2025, do IBGE, a composição da Força de trabalho no Brasil é de cerca de 110 milhões, entre ocupados e desocupados. Entre esses, estão ocupados 102 milhões, desocupados 7,5 milhões. Apesar de melhoras recentes com a redução do desemprego, os números escondem a precariedade entre as pessoas ocupadas.

Um percentual razoável, 18% se encontra na situação que o IBGE classifica como subutilizada, aquelas que trabalham menos horas do que gostariam. Esse quadro se alterou principalmente depois da reforma trabalhista, com o trabalho intermitente, aquele que não tem continuidade nem jornada específica, e outras modalidades como por tempo parcial. Enquanto na outra ponta, aqueles que trabalham na escala 6x1, com jornadas extenuantes, adoecedoras. Milhões trabalham pouquíssimas horas, não por opção. Enquanto outros trabalham com jornadas estendidas, jornadas extenuantes.

Outra característica marcante no mercado de trabalho no Brasil é a informalidade. 39 milhões das pessoas ocupadas trabalham na condição de informal: domésticas, ambulantes, vendedoras da Natura, motoristas e entregadores por aplicativos e uma miríade de ocupações sem direitos básicos respeitados.

Outro dado importante é o gigantesco número de 26 milhões de pessoas no trabalho por conta própria. O Brasil, que apresentou no passado, forte presença do emprego industrial, tem hoje a prevalência do emprego no setor de serviços: 40%, Comércio 20%, enquanto a Indústria emprega apenas 20%. Temos ainda formais sem direitos, como MEIs, PJs e formais precarizados por firmas terceiras, cooperativas de mão-de-obra.

Empregados no setor privado 53 milhões. Esses números não revelam a situação também de precariedade, de adoecimento, de baixos salários, de sobrecarga de trabalho e de negação de direitos.

Empregados no setor público 12 milhões, entre servidores e empregados públicos, com diferentes contratos. Nos Estados Unidos, está no emprego público 18% da população que trabalha. Na Europa varia de 25 a 30%, Portanto, é mais uma falácia essa propaganda falsa de que o Estado é um cabide empregos, que o setor público está abarrotado de funcionários com altos salários. Ao contrário, o fortalecimento do serviço público e do papel do Estado é necessário para efetivar direitos estabelecidos pela Constituição e constantemente negados aos milhões que sofrem de carências materiais básicas. Tá na moda demonizar a CLT, os sindicatos, a justiça trabalhista. Pelo menos para um setor social. Apesar desse quadro, a ideia de ter direitos básicos garantidos para quem trabalha é o pano de fundo de mobilizações importantes, como a luta pelo fim da Escala 6x1 e a greve dos entregadores por APPs.

Observem. O trabalho é uma condição inescapável para a grande maioria das pessoas. São poucas as pessoas que podem se dar ao luxo de não trabalhar. A maioria nada tem além da sua força de trabalho para sobreviver. É o trabalho para outra pessoa, que está na origem do assalariamento.

Segundo o professor Dari Krein, do Cesit Unicamp, a forma como o trabalho se expressa depende de como se organiza a economia, depende de quais são as forças políticas que são hegemônicas, depende da correlação de forças existentes na sociedade. Depende do próprio movimento dos trabalhadores, do como os trabalhadores se organizam, como depende de como o avanço tecnológico é incorporado ao processo de produção de bens e serviços prestados, depende do modo de vida, do consumo, etc.

Se nos períodos de crescimento da força social e política da classe trabalhadora houve avanços e o capital foi forçado a dividir parte dos ganhos de produtividade, vivenciamos o período em que não apenas não se partilha os ganhos de produtividade como se amplia a superexploração, se aumenta a jornada, a desproteção social, a concentração da renda. Apesar de a empresa deter a prerrogativa de organizar a produção ou a realização dos serviços, normaliza-se que essa mesma empresa não tenha responsabilidades, principalmente com sua força de trabalho.

Vejamos a situação dos trabalhadores por aplicativos. Empresas como Ifood alegam que não existe subordinação na relação de trabalho estabelecida por elas com os entregadores. Se observado de perto, vai verificar trabalho subordinado à programação do algoritmo. Vejam, os entregadores trabalham para uma empresa, essa empresa é quem define as regras, a remuneração, as rotinas. Essa é a realidade, ainda que Ifood, Uber e outras façam com que os trabalhadores assumam os riscos e os custos dos meios de produção para a produção de valor, apropriado por essas bilionárias empresas. Segundo a professora Ludmila Abílio, da Unicamp, falar em uberização do trabalho deve ser entendido como fenômeno complexo que atravessa o mundo do trabalho, que incorpora outras relações precárias já existentes, como o PJ e o mei por exemplo, mas que vai além. É uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho. A lógica que prevalece hoje é transformar o trabalhador em um trabalhador por demanda. O trabalhador perde as garantias, e passa a ser recrutado no momento exato em que a empresa precisa dele. E num contexto de digitalização de dados, em que tudo na vida pode virar dados manipuláveis por empresa. Com o algoritmo, a empresa não precisa de alguém vigiando você a todo o tempo.

E assim o Ifood diz que não determina a hora de trabalho do entregador. Ao contrário, diz, que o trabalhador é livre pra fazer o próprio horário, que Ifood não o subordina, que a pessoa será seu próprio gerente. Mas na prática, as regras do jogo são definidas pela empresa. O Ifood vai definir qual o valor de cada entrega, definir as formas de controle pelo GPS, se precisa de mais gente em determinado momento do dia, se vai ou não chover e o impacto disso na rotina de entregas. Maneja a avaliação feita pelo cliente, enquanto no passado isso era objeto do trabalho de um supervisor. Ifood define quanto você ganha, quanto você trabalha, se você está disponível, sob sua demanda.

Como a lógica do capitalismo impõe a busca constante da redução dos custos de produção, quase sempre buscando reduzir o valor da força de trabalho, gerando sempre mais desigualdades, mais concentração, mais centralização. Essa busca por reduzir o custo do trabalho levou as empresas a buscar transferir suas responsabilidades, primeiro para uma firma terceirizada, agora para o próprio trabalhador. O entregador que se dane se ele se acidental durante o trabalho. É o trabalhador terceirizado que se dane se a terceira não pagar as verbas rescisórias.

Por outro lado, o discurso dominante quer transformar o trabalhador em uma empresa. Empresário de si mesmo. Mas empresa não têm filhos na escola, empresa não fica com fome, empresa não fica doente, não pega covid.

É um fato que vivemos um período de grandes transformações. O mundo do trabalho já vivenciou outros processos de aceleração, como no século 19, período da revolução industrial, que desarticulou as formas tradicionais de trabalho e submeteu os indivíduos a depender do trabalho assalariado para viver. Foi o período de avanço do assalariamento e recuo das formas de sobrevivência que não fosse pelo trabalho assalariado. Foi nesse período que surgiu com força o movimento dos trabalhadores contestando a situ-

ação de penúria a que os trabalhadores estavam submetidos.

Outro processo importante de mudanças se deu a partir da segunda revolução industrial, quando tivemos mudanças importantes nas relações de trabalho. Mas que também conhecerá uma classe trabalhadora com poderosa força política na sociedade. Será o período das conquistas sociais, das legislações trabalhistas, da redução da jornada de trabalho, da importância da negociação coletiva, da regulação pública do trabalho. Foi assim que o trabalho deixou de ser apenas uma mercadoria transacionada pelo mercado, o que vai significar maior proteção ao trabalhador. Esse foi o espírito, inclusive, da Constituição Federal de 1988 no Brasil. É nesse período em que se dá o fortalecimento dos sindicatos, da negociação coletiva, dos instrumentos públicos de controle da superexploração, período em que se estabelece o que podemos chamar de patamar mínimo abaixo do qual a legislação não admite a exploração. É também nesse período histórico que as sociedades atingem um grau de desigualdades menor. Mas logo viria uma virada política e a ascensão do neoliberalismo, da globalização, da desterritorialização das empresas, da reorganização das formas de produção de bens e serviços, de mudanças entre as empresas.

A partir dos anos 1970 e 1990, os ganhos de produtividade com a introdução dos avanços tecnológicos não serão mais compartilhados com os trabalhadores, como aconteceu no período anterior e que contribuíram com a redução das desigualdades. Nessa nova fase do capitalismo, há uma mudança na própria relação entre as empresas. Terceirização entre as empresas, deslocamento em busca de custos menores, desterritorialização, mudanças da indústria para a Ásia, formação de cadeias de produção espalhadas pelo mundo.

Com o avanço do neoliberalismo, a jornada de trabalho voltará a se intensificar. O mundo do trabalho será reconfigurado para que as empresas tenham flexibilidade para manejar a força de trabalho de acordo com o que for mais conveniente para a redução dos custos da empresa, que vai determinar as condições de contratação, de uso e remuneração desta força de trabalho, sem amarras, sem regulação pública, sem sindicatos fortes, sem legislações protetoras de direitos dos trabalhadores. Vejam que a reforma trabalhista não aconteceu, infelizmente, apenas no Brasil. Praticamente todos os países do mundo que adotaram políticas econômicas neoliberais realizaram reformas que vão no mesmo sentido: flexibilizar as relações de trabalho, permitir e legalizar essas contratações atípicas, desarticular as negociações coletivas, desarticular as categorias mais organizadas, despadronizar a jornada de trabalho. Impor banco de horas, jornada flexível, trabalho parcial, intermitente, individualização da remuneração, trabalho por demanda. Produz-se só depois de vendido o produto. A participação do trabalho na renda nacional caiu ao mesmo tempo em que cai a força dos sindicatos, em que cai a sindicalização. Ao mesmo tempo também em que se dá uma maior concentração da renda. Os mais ricos ficam bilionários. Os mais pobres ficam ainda mais pobres.

A ofensiva para impor a precariedade como regra se dá em todas as frentes. Basta ver a ação, no Brasil, da maioria do Congresso Nacional e do próprio STF, que mostra seu lado bolsonarista quando ameaça dar segurança jurídica para a pejetização total das relações de trabalho. Na grande mídia e nas redes, a naturalidade como chamam bico de empreendedorismo choca pelo cinismo. Mas é também exatamente neste contexto que surgem lutas como o fim da Escala 6x1 e dos entregadores por APPs, que animam aquelas e aqueles comprometidos com os princípios da valorização social do trabalho, do não retrocesso social e da garantia da dignidade da pessoa humana.

2. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E A LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM SÃO PAULO

*Renato Rodrigues - Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal da Cidade de São Paulo (SINPEEM) e Conselheiro Estadual da Apeoesp e do Coletivo Caravana da Educação militante da Intersindical **

A realidade enfrentada por professores das redes estadual e municipal de São Paulo revela, de maneira concreta, o avanço do processo de precarização do trabalho no setor público. A rede estadual paulista, maior da América Latina, com cerca de 190 mil professores, têm adotado formas de contratação cada vez mais flexíveis, precarizadas e desprovidas de direitos. Uma dessas formas é o chamado “trabalho intermitente”, vivenciado na prática por milhares de docentes.

Esse modelo de contratação faz com que o professor substituto seja acionado para trabalhar recebendo apenas pelas aulas efetivamente ministradas. Pode passar o dia todo à disposição, esperando uma chamada para substituir, e, ao final, receber por uma única aula - ou nenhuma. É um vínculo sem garantias, sem jornada definida, sem salário mínimo assegurado.

Outra marca da precarização é a plataformização do trabalho. Por meio de aplicativos e plataformas digitais, a organização do trabalho docente passou a invadir a vida privada dos trabalhadores. O celular do professor tornou-se uma extensão do ambiente escolar: mesmo em momentos de lazer, como uma ida à praia, notificações e cobranças de coordenadores e diretores não cessam. O conteúdo das aulas, por sua vez, já vem pronto - basta o professor “clique” e repassar ao aluno, esvaziando seu papel pedagógico e sua autonomia profissional. É preciso estar alerta sobre o impacto das novas tecnologias, como a inteligência artificial, que pode ampliar ainda mais o desemprego e a substituição de professores e outros profissionais por máquinas.

A infraestrutura, no entanto, não acompanha essa digitalização forçada. Muitos docentes precisam usar seus próprios celulares e a própria internet para executar tarefas básicas, como lançar chamadas. Além disso, os gestores escolares - muitos indicados politicamente, sem concurso - são pressionados a impor metas e controles cada vez mais rígidos, contribuindo para o aumento do autoritarismo nas escolas.

É preciso denunciar a privatização e terceirização em curso na educação pública paulista. Até o momento, inúmeras escolas da rede estadual estão em processo de privatização. Na rede municipal, a terceirização



Foto: Arquivo

alcança patamares ainda mais alarmantes: mais 50% da educação infantil está conveniada, entregue a organizações sociais. Mesmo equipamentos públicos como os CEUs estão sendo repassados a entidades privadas para gestão, com milhões de reais em repasses públicos. Trata-se de um processo de desmonte do serviço público com vistas à mercantilização da educação.

A repressão aos professores que resistem é intensa. Os contratados, se faltarem, têm os salários cortados na hora e podem ser desligados sumariamente. Apesar disso, greves e mobilizações têm sido construídas. Em São Paulo, docentes da rede municipal realizaram uma paralisação de 20 dias, com forte adesão e 10 mil pessoas nas ruas. A pauta não era apenas salarial, mas também contra a privatização, a terceirização e a retirada de direitos.

Defendemos a unidade e a construção de alianças táticas, mesmo com lideranças com quem há divergências históricas, como forma de ampliar a capacidade de enfrentamento. Ressaltamos as conquistas pontuais, como o direito de pontuar em reuniões de conselho escolar, e alertou que, mesmo pequenas vitórias, devem ser valorizadas em um cenário tão adverso.

A conjuntura estadual é agravada pela presença de um governo de extrema direita, que promove a privatização da Sabesp, do Metrô e de diversos serviços essenciais. Diante disso, é fundamental fortalecer os sindicatos e articulações nacionais como a Intersindical, pois os ataques são nacionais e sistemáticos. A luta pela educação pública, por direitos trabalhistas e contra a precarização é, hoje, uma trincheira central na defesa da democracia e da dignidade da classe trabalhadora.

() Intervenção especial no Curso de Formação de Dirigentes da Intersindical. Santos, 14 de maio de 2025*

3. DEBATE

Após as exposições, os/as participantes do curso realizaram comentários sobre o tema, estes foram sistematizados e transformados nos textos a seguir.

3.1. UMA RESPOSTA HISTÓRICA A UMA INJUSTIÇA HISTÓRICA ALEXSANDRO LEITE MOIZINHO - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM DIREITOS (RJ)

Bom dia, companheiras e companheiros. Faço parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos, nascido da urgência de enfrentarmos um fenômeno brutal que atinge em cheio a classe trabalhadora brasileira: a plataformização, a superexploração e a precarização do trabalho. E digo com toda a clareza: nosso movimento é uma resposta histórica a problemas historicamente colocados.

A precarização do trabalho não caiu do céu, ela é parte de um projeto. Um projeto do capital que se reorganiza para garantir seus lucros mesmo à custa da dignidade de milhões. Como bem explicou o companheiro Índio, se a gente observar a taxa de lucro das empresas e bancos entre 2011 e 2015 – justamente os anos do governo Dilma – essa taxa caiu em relação ao PIB. E por outro lado, o que cresceu nesse mesmo período foi a participação dos salários na composição do PIB. Ou seja, os trabalhadores estavam conquistando uma fatia maior da riqueza que produzem. Isso foi o suficiente para a classe dominante gritar: “Basta!”

Foi aí que veio o golpe de 2016, e não foi qualquer golpe. Ele reconfigurou a dinâmica de acumulação do capital no Brasil. Não era apenas sobre tirar uma presidenta do poder. Era sobre desmontar um modelo que, com todas as limitações que tinha, ampliava o acesso a direitos e travava, mesmo que parcialmente, a lógica de brutal exploração que move o capitalismo.

É por isso que a nossa luta é também uma luta civilizacional. Eu costumo dizer – e repito com convicção – que assim como hoje a gente olha para trás e se pergunta como foi possível a humanidade conviver com 400 anos de escravidão no Brasil, os nossos descendentes, daqui a 200 anos, vão olhar para trás e se perguntar: “Como foi possível naturalizar que milhões de trabalhadores tivessem que se submeter a jornadas brutais em aplicativos para não morrer de fome ou morar na rua?”

É isso. Não é só uma questão econômica. É uma questão moral, é uma questão civilizatória. O capitalismo está empurrando a humanidade para a barbárie. E por isso eu insisto: ou a gente constrói o socialismo, ou a barbárie será o nosso destino.

Mas eu sigo com esperança. A esperança não como ilusão, mas como convicção forjada na luta. Porque a história não acabou. Porque os trabalhadores seguem se organizando, seguem resistindo, seguem construindo alternativas como o nosso movimento. E porque, apesar de tudo, eu ainda tenho fé na humanidade. E acredito que nós vamos vencer.

3.2. O FUTURO DO SINDICALISMO É COM OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS SEM DIREITOS

RICARDO "BIG" SARAIVA - SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA INTERSINDICAL E DIRIGENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SANTOS E REGIÃO

Quero começar parabenizando a todos e todas que participaram da mesa e, especialmente, a exposição do companheiro Índio, que trouxe uma análise profunda e necessária sobre o mundo do trabalho. Enquanto eu ouvia atentamente a sua fala, também observava com muita satisfação o que está acontecendo aqui neste curso. Vejam só: a **formação promovida pela Intersindical está hoje sendo protagonizada por trabalhadoras e trabalhadores que vêm da nova realidade da classe trabalhadora – gente das ruas, das motos, dos aplicativos, da informalidade. Isso é algo muito poderoso!**

A Intersindical nasceu justamente porque nós percebemos, lá atrás, que **a classe trabalhadora estava mudando, se reconfigurando. Mas muitas das centrais sindicais que existiam não enxergaram essa mudança, não perceberam que uma nova classe trabalhadora estava emergindo, e que era com essa nova classe que os sindicatos precisavam dialogar e aprender. Foi por isso que nós fundamos a Intersindical. É por isso que estar aqui hoje e ver essa galera tomando a frente da formação é emocionante e revolucionário ao mesmo tempo.**

É uma alegria imensa ver companheiras jovens, mulheres guerreiras, trabalhadores dos aplicativos, dos serviços de moto, gente da quebrada, da rua, gente que rala todo dia para garantir o sustento da família e que agora está tomando o microfone, está se formando, está ensinando a gente também. Porque, sim, **nós temos muito que aprender com vocês.**

E eu falo isso como dirigente sindical do setor formal. Eu venho do **Sindicato dos Bancários de Santos, onde temos garantias, convenções coletivas, organização. E é por isso mesmo que nós, que viemos da base formal, temos a obrigação de fortalecer a luta dos companheiros e companheiras da informalidade. Porque o que está colocado para o futuro do trabalho é isso que vocês estão enfrentando hoje: a precarização, o trabalho sem direitos, a uberização da vida.**

A Intersindical tem esse compromisso. Estamos aqui **porque queremos construir juntos. Queremos fazer com que vocês também façam parte da estrutura da central sindical, tragam suas pautas, suas formas de organização, sua linguagem e sua luta. É isso que vai renovar o movimento sindical brasileiro.**

Não dá para falar em transformação social sem colocar no centro **os trabalhadores e trabalhadoras sem direitos, que hoje são a maioria da classe. A Intersindical está aqui para isso: para somar, para aprender e para construir uma nova prática sindical com quem está na linha de frente da sobrevivência e da resistência. Esse curso é uma prova viva disso. Vamos em frente, juntos.**

3.3. NÓS, TRABALHADORES SEM DIREITOS, TAMBÉM CONSTRUÍMOS ESTE PAÍS

GILVANIA REIS GONÇALVES - MOVIMENTO DO TRABALHADORES SEM DIREITOS (SP)

Meu nome é Gilvania Reis Gonçalves, mas todo mundo me conhece como Gil. Minha luta começou em 2015, no MTST, na luta por moradia, porque foi por necessidade que entrei na militância. Em 2019, com a reforma trabalhista, fui demitida e me vi na informalidade, como milhões de brasileiras e brasileiros. E o que restou pra mim foi vender tapioca. Essa é a minha realidade, como é também a realidade de muitas companheiras e companheiros que estão nas ruas, vendendo água, fazendo bolo, trabalhando como manicure, cabeleireira, tentando sobreviver num país que virou as costas para quem não tem carteira assinada.

Foi dessa realidade que nasceu, em 2022, o Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos. A gente representa uma classe de trabalhadores que ninguém quer enxergar. São mais de 40 milhões de pessoas na informalidade. E digo mais: quanto mais periférica for a pessoa, quanto mais velha, quanto menos estudo ela tiver, mais certo é que vai cair na informalidade. Com a pandemia, tudo piorou. Muitas de nós fomos empurradas pra rua. E mesmo quando a gente adocece, quando não tem como trabalhar, as contas continuam chegando. O Estado não nos vê, mas a gente gira essa economia.

Eu acordo cedo, às 9h já estou preparando a tapioca. Trabalho até meia-noite. Pego ônibus, pago transporte. E mesmo sem reconhecimento, sem direitos, eu sigo trabalhando. E o que eu quero, o que nós queremos, é simples: queremos ter o direito de descansar, o direito de tirar férias, de envelhecer com dignidade. Em dezembro, está todo mundo viajando com a família. E a gente? A gente está vendendo na rua porque, se parar, não tem renda.

É por isso que a gente defende a criação de um salário social. Um programa que reconheça a economia popular, que devolva para nós, trabalhadores da rua, um pouco do que movimentamos na sociedade. Na Argentina, esse tipo de política avançou. Aqui no Brasil, precisamos começar a falar disso com seriedade. Não adianta discutir apenas o setor público e o setor privado. A economia popular precisa entrar no debate. A gente quer saber para onde estão indo os recursos que essa economia movimenta. Queremos dados, queremos orçamento, queremos políticas públicas. Queremos respeito.

O que me revolta é ver que, com essa lógica de plataformas exploradoras e de governos fascistas, o Brasil caminha para um futuro sem emprego formal. E aí, como é que fica a nossa situação? A gente precisa de seguridade social, de amparo. Não dá pra ficar adoecendo e enfrentando fila no posto sem conseguir atendimento. A gente quer dignidade. Nós somos trabalhadores. Não somos invisíveis. Estamos nas ruas, nos semáforos, nos mercados populares, fazendo o país funcionar. E merecemos ser ouvidos, considerados, respeitados.

*O Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos nasceu para isso: para dizer em alto e bom som que a luta da classe trabalhadora não pode ignorar os informais. Nós também construímos este país. E queremos construir o seu futuro com justiça e com direitos. **Não Somos Invisíveis!***

3.4. A INFORMALIDADE NÃO É ESCOLHA: É SOBREVIVÊNCIA NAS RUAS NA RECIFE

SUZANY MARIA DA SILVA - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM DIREITOS (RECIFE)

Meu nome é Suzany Maria da Silva e há 25 anos eu trabalho como ambulante nas ruas de Recife. São décadas enfrentando sol, chuva, repressão e abandono. Passei por diversos prefeitos, por várias gestões, cada uma com suas políticas, mas todas marcadas por uma coisa em comum: a perseguição ao trabalhador informal.

*Minha vida nas ruas me ensinou que a informalidade não é uma escolha. É o que sobra quando o Estado não garante emprego, não oferece alternativas, não reconhece a dignidade de quem precisa tirar o sustento do dia a dia com as próprias mãos. E, dentro dessa realidade, aprendi também que cada trabalhador informal tem uma especificidade: quem trabalha por aplicativo tem uma dinâmica; as babás, as domésticas, os pedreiros, cada um carrega suas dores e desafios. E é por isso que no **Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos**, nós buscamos acolher, ouvir e construir políticas que contemplem essas diferenças, mas que também unam as lutas.*

*A nossa luta não é contra os trabalhadores de carteira assinada, não. Muito pelo contrário. O que a gente quer é que a **classe trabalhadora como um todo nos reconheça como parte dela**. Porque muitas vezes somos olhados com desconfiança, como se estivéssemos fora da luta. Mas a verdade é que o ambulante que está na calçada sob o sol escaldante, que perde mercadoria na chuva, que é expulso e agredido por fiscais, está resistindo diariamente.*

*E aqui eu quero deixar registrado um caso trágico e revoltante. Em Recife, tivemos o assassinato de um fiscal da prefeitura por um ambulante. Esse companheiro, por meses, sofreu agressões físicas e psicológicas. Era espancado, tinha sua mercadoria roubada, e ninguém fez nada. Até que chegou ao limite. Ele não aguentou mais. E o que aconteceu não foi um caso isolado. É o reflexo de um sistema que empurra os trabalhadores para a margem, que os criminaliza, os humilha, os viola. É preciso dizer com todas as letras: **a violência contra o trabalhador informal é institucionalizada**.*

*Falo isso com dor, mas com a firmeza de quem não vai se calar. Porque nós, ambulantes, somos parte da cidade. Somos parte da economia. Somos mães, pais, gente que trabalha. E temos o direito de ser ouvidos, de existir com dignidade. Por isso, esse espaço construído pela Intersindical é tão importante para nós. Porque aqui, pela primeira vez em muitos casos, **nossa voz está sendo escutada por quem muitas vezes não conhece ou não compreende nossa realidade**.*

Agradeço esse espaço em nome do nosso movimento. E, como mulher ambulante, sei o quanto é difícil ocupar lugares como esse. A luta pela dignidade do trabalho informal precisa ser também uma luta feminista, antirracista e popular. Só assim vamos avançar.

3.5. O QUE APRENDI COM VOCÊS E O QUE PRECISAMOS AFIRMAR NO MOVIMENTO SINDICAL

MANOEL ELÍDEO ROSA "MANÉ GABEIRA" - SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS DA INTERSINDICAL E COORDENADOR DOS BANCÁRIOS NA LUTA (SP)

Gente, quero falar com vocês com o coração aberto. Primeiro, preciso parabenizar o companheiro Índio. Hoje, ele estava especialmente inspirado. Que fala, viu? Uma das melhores falas que já ouvi no movimento sindical. Índio, camarada, dá pra ver o quanto você está mergulhado nesse tema, quanto tem estudado e se preparado. Espero, de verdade, que essa fala vire um texto, que a gente possa publicar, registrar, multiplicar. É fundamental.

Mas também quero fazer um agradecimento muito especial aos companheiros e companheiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos. Eu estou aprendendo demais com vocês aqui. Olha, Moizinho, estou ouvindo tua fala e pensando: "como é bom estar aqui". Vocês estão nos ensinando coisas que muitos de nós, que estamos há tanto tempo no sindicalismo formal, precisamos reaprender. O chão da rua, a realidade da luta pela sobrevivência, a capacidade de se organizar sem estrutura – isso é escola de formação da melhor qualidade.

E aí me bateu uma preocupação que eu quero compartilhar. É com aquele dirigente sindical que está no seu primeiro mandato, que acabou de chegar e que, por não entender a dimensão coletiva do trabalho, acaba se perdendo. Ele entra com vontade, cheio de ideias, mas logo se vê sobrecarregado, cansado. Começa a achar que só ele trabalha, que os outros não fazem nada. Não participa das reuniões, não se forma, não compartilha a luta. E aí, gente, esse companheiro ou sai do sindicato dizendo que todo mundo é pelego, ou desiste. Se quebra mesmo.

Por isso, a formação é essencial. Não é só ler, não é só ir aos cursos – é socializar as tarefas, construir coletivamente. A diretoria de um sindicato precisa estar junta, precisa debater, errar junto, acertar junto. Senão a gente perde o rumo.

E tem também o outro tipo de dirigente que me preocupa: aquele que só lê. Só estuda. Vira o "sindicalista sociólogo", como eu brinco. Lê o Manifesto Comunista, lê as teses, assiste os documentários, mas não vai pra base. Segunda-feira não pode porque tem leitura, terça também não... e o povo? E o trabalhador que está no chão da fábrica, da escola, do comércio? A gente tem que ter formação, sim, mas tem que pôr o pé na rua, tem que ouvir e falar com a categoria.

*Como geógrafo, eu aprendi que o espaço se transforma com a ação humana. E como militante sindical, eu aprendi que **é o trabalho que transforma o mundo**. Só que a gente, que se organiza no sindicato, não pode se contentar apenas em transformar. **A gente quer mudar o mundo**. Isso significa enfrentar o fascismo, entender que temos lado, que temos inimigos de classe. E, mais do que tudo, que nossa luta não é contra os erros do nosso campo. A gente sabe que o governo tem limitações, mas também sabe que **o inimigo está do outro lado**, e que se a gente vacilar, quem apanha é o trabalhador, é a gente.*

Por isso, precisamos estar juntos. Unir o velho e o novo. Juntar quem tem experiência com quem tem disposição. Juntar quem está na base com quem está na rua. Esse é o desafio do nosso tempo. E é com muito orgulho e humildade que sigo aprendendo com vocês. Vamos juntos.

3.6. A LUTA PELO DIREITO A TER DIREITOS

NAYLMA FRANCISCA AZEVEDO MAIA - SINDIFORT (CE)

Bom dia a todos, todas e todes. Quero começar agradecendo à Intersindical pela acolhida ao nosso estado do Ceará e parabenizando o companheiro Índio pela excelente exposição. Sua fala nos ajuda a entender com profundidade os desafios colocados para a classe trabalhadora diante das transformações do mundo do trabalho. Estamos aqui aprendendo muito com os princípios da Intersindical e com as contribuições de cada companheiro e companheira presente.

*Quero trazer uma reflexão sobre a **flexibilização das relações trabalhistas** e a perda de direitos que tem nos atingido de forma brutal. As mudanças no mundo do trabalho não atingem apenas os trabalhadores informais ou os que estão em plataformas digitais – **atingem todos nós**, inclusive os que, como eu, somos servidores públicos com vínculo estatutário.*

*Sou servidora pública do município de Fortaleza, mas isso não significa que minha situação seja tranquila. Mesmo com vínculo formal, enfrentamos uma dura realidade: **a resistência dos próprios trabalhadores a se engajarem nas mobilizações e nas lutas**. Muitas vezes, quando o sindicato convoca uma manifestação ou paralisação, quem comparece são apenas os dirigentes sindicais. A base, mesmo sendo a mais atingida pelas políticas de desmonte, se ausenta. Isso acontece por várias razões. Em primeiro lugar, há um **forte discurso ideológico que descredibiliza a atuação dos sindicatos**. A sociedade capitalista impõe uma lógica perversa que empurra o trabalhador para múltiplas jornadas – muitos precisam conciliar dois ou três empregos para garantir o sustento da família. E, nessa rotina exaustiva, sequer sobra tempo para refletir sobre suas condições de vida e trabalho, muito menos para participar da luta organizada.*

*Além disso, convivemos com um fenômeno que me preocupa profundamente: **o avanço das organizações sociais e da pejotização no serviço público**. Em Fortaleza, isso é cada vez mais evidente. E, o mais grave, é ver que **parte dos próprios trabalhadores defendem essas práticas**, acreditando na ilusão de que serão seus próprios patrões, de que a formalidade é uma prisão e que a autonomia se constrói na informalidade.*

*Vivemos uma situação paradoxal: estamos dentro do Conselho Municipal de Saúde, representando entidades sindicais e populares, e nos deparamos com trabalhadores que se colocam contra os concursos públicos, contra o serviço público, e a favor das organizações sociais. Isso mostra **como a ideologia dominante penetra nas consciências e distorce o entendimento de classe**, ao ponto de fazer com que o próprio trabalhador defenda o desmonte de seus direitos.*

*Esse é um desafio imenso para o movimento sindical. **Como conquistar esses trabalhadores para a luta? Como mostrar que o caminho da superação das desigualdades e da exploração passa pela organização coletiva e não pela individualização das relações de trabalho?***

*A luta pelo direito ao trabalho é, acima de tudo, **a luta pelo direito a ter direitos**. E esse deve ser o eixo que nos une, independentemente da forma de vínculo, da categoria ou da região. Precisamos reconstruir os laços de solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras, fortalecendo a consciência de classe e a ação coletiva. E é com esse espírito que sigo na luta, junto ao Sindifort e à Intersindical, pela construção de um projeto de classe, autônomo, combativo e comprometido com a transformação da nossa realidade.*

3.7. NOSSA LUTA COMO MULHERES NOS APLICATIVOS: QUEREMOS DIREITOS, RESPEITO A VOZ

ÍRIS SAMARA FERREIRA CAMPOS - AMAE (DF)

*Meu nome é Íris, venho de Brasília e falo como mulher trabalhadora do motofrete, integrante da Associação de Motofrete e Aplicativos do Entorno - a AMAE/DF. Estou aqui para compartilhar um pouco da nossa luta, mas também para aprender com cada um e cada uma que está nesse curso. A verdade é que **muita gente ainda não tem acesso à informação**, não sabe o poder que tem, não entende que unidas e unidos, somos uma força e uma voz. E quando a gente se organiza, fica mais fácil de se fazer ouvir.*

*A nossa associação nasceu há cinco anos, da necessidade urgente de reagir ao avanço das plataformas sobre o nosso trabalho. Antes da chegada desses aplicativos, a profissão de motoboy era reconhecida, regulamentada, com direitos garantidos. Mas com o crescimento desse novo capitalismo de plataforma, **perdemos espaço, autonomia e dignidade**. Esses aplicativos nos tornaram reféns de algoritmos e metas, e os direitos que a gente tinha simplesmente desapareceram.*

Hoje, mesmo quando conseguimos trabalho direto com algum restaurante, muitas vezes os direitos também são desrespeitados. Não há garantia nenhuma, é tudo na informalidade. E é por isso que estou aqui: para aprender, para me formar, para poder levar esse conhecimento de volta para Brasília e conscientizar os companheiros. A formação é uma arma poderosa contra a ignorância que nos isola e nos desmobiliza.

*Junto com o pessoal do Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos, a gente tem construído pontes. Particpei de um **breque nacional dos entregadores**, construído com apoio dessa galera, e ali a gente viu como **a união faz a força**. Essa luta não é só minha, é de todos nós. **É na coletividade que conseguimos nos levantar, denunciar os abusos e exigir mudanças.***

*Quero chamar atenção aqui também para as dificuldades específicas que nós, mulheres entregadoras, enfrentamos. A lógica dos aplicativos já é cruel para todos, mas **para as mulheres, é ainda mais desigual e excludente**. Muitas vezes não temos um banheiro para usar durante o trabalho, não temos ponto de apoio, enfrentamos assédio, desconfiança e invisibilidade. Não dá para comparar diretamente o que vivemos com o que os homens enfrentam, porque as condições são diferentes - e isso precisa ser levado em conta.*

É por isso que a nossa organização tem uma pauta clara e urgente. Nós queremos:

- **Reajuste e aumento da taxa mínima por corrida, incluindo o pagamento de décimo terceiro por corrida;**
- **Aumento da remuneração por quilometragem, de R\$ 1,50 para pelo menos R\$ 2,50;**
- **Fim das corridas duplas e triplas, onde a gente realiza várias entregas e só recebe como se fosse uma;**
- **Limitação das corridas para bicicletas, que às vezes caem para quem está de moto, gerando distorções e mais riscos;**
- **E também transparência nas tarifas, nos repasses e nas porcentagens que os aplicativos descontam da gente. Muitas vezes, o cliente diz que pagou R\$ 10, mas a plataforma afirma que foi só R\$ 7. Para onde vai essa diferença?**

Queremos que o poder público atue. Que os sindicatos nos representem. Que as centrais, como a Intersindical, nos enxerguem e nos acolham. Porque nós também somos classe trabalhadora. E a nossa luta é por dignidade, por justiça e por direitos. Chega de trabalhar sem saber se no fim do dia a gente vai conseguir pagar as contas ou chegar viva em casa. Estamos aqui para construir essa luta coletivamente. de um projeto de classe, autônomo, combativo e comprometido com a transformação da nossa realidade.



GT apresenta as bases da concepção sindical da Central. (13/05).

3.8. A REALIDADE DOS TRABALHADORES INFORMAIS E O PODER DA ORGANIZAÇÃO

LUCIANA DA SILVA MENDONÇA - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM DIREITOS (SP)

A realidade dos trabalhadores sem direitos é dura, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos nasceu justamente dessa necessidade, como bem sintetizou o Moizinho. Quando ouvimos as análises feitas aqui, me lembro de como tudo isso foi previsto. Ontem mesmo folhee novamente a cartilha da Intersindical e me chamou atenção o quanto ela antecipava o que viria a ser o mundo do trabalho nos dias de hoje. Há mais de uma década, a fundação da Inter já projetava a modernidade que estamos enfrentando agora - e, infelizmente, ela veio acompanhada de mais precariedade, exploração e invisibilidade para nós, os informais.

*Eu venho da luta desde 2006. Lá na minha cidade, já batalhávamos pelo direito ao trabalho. E não era uma luta fácil. Era briga direta com a carrocinha, com o poder público, com a repressão. Me orgulho de dizer que nós, eu e um grupo de companheiros, mudamos a cara da organização sindical local. Criamos o **Sindicato dos Trabalhadores Informais da Cidade de Recife**, e o fizemos na marra, no meio de uma conjuntura adversa, enfrentando um secretário de mobilidade autoritário que parecia um general da ditadura.*

*Tínhamos até música para ele: “Braga, caduco, Pinochet”, e quando chegávamos cantando essa música na porta da prefeitura, o sistema tremia. A repressão odiava ouvir a nossa voz, mas a gente não recuava. Essa era (e ainda é) a forma de fazer luta popular: com criatividade, coragem e enfrentamento direto. No final daquele mandato, com pressão, articulação com o **mandato do vereador Ivan Moraes (PSOL)** e parcerias com instituições como a **Universidade Católica de Pernambuco**, conseguimos arrancar avanços. Forçamos a realização de **audiências públicas**, colocamos os poderosos contra a parede e conseguimos algumas regulamentações importantes.*

*Mas a verdade é que, hoje, a categoria dos ambulantes vive uma verdadeira calamidade. E o cenário se agravou. Vivemos uma militarização das cidades. Em várias capitais, prefeitos estão **armando a Guarda Municipal**, e essa guarda, em vez de proteger, se converte em tropa auxiliar de repressão. Na prática, a guarda virou polícia de extermínio contra trabalhador ambulante. Ao invés de apoio à fiscalização, o que vemos é **roubo, prisão e assassinato**. E isso não é exceção, é regra. Não é só em Pernambuco, é em São Paulo, é na Bahia, no Ceará, na Paraíba. Em todas as regiões, **os trabalhadores informais estão sendo criminalizados por buscar sobreviver**.*

*Aqui em São Paulo, a situação é ainda mais grave. Essa metrópole é a capital econômica da América Latina, e o capital se manifesta em sua forma mais violenta. **Milícias, fiscalização corrupta, perseguição institucional**. Tudo isso junto cria um ambiente opressor que torna quase impossível o trabalho de quem está na rua tentando garantir seu sustento. Mas, ainda assim, **resistimos**.*

*E é por isso que acredito tanto na importância de espaços como este promovido pela Intersindical. É nesse tipo de formação que a gente fortalece a nossa consciência, articula a nossa luta, e encontra forças para seguir enfrentando o sistema que quer nos apagar. Porque **nós não somos invisíveis. Nós existimos, resistimos, e vamos seguir lutando**.*

3.9. REFLEXÕES SOBRE O TEMPO, A LUTA E A CONSCIÊNCIA COLETIVA

EDNA APARECIDA DA COSTA E SILVA BRAGA "BORBOLETA"
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM DIREITOS - PERUÍBE (SP)

Primeiramente, quero expressar minha profunda gratidão por estar participando desta capacitação maravilhosa. Está sendo um momento muito importante para mim, um verdadeiro vaso de conhecimento que a gente vai enchendo com cada escuta, com cada partilha. Gratidão a todos e todas que tornaram esse espaço possível.

*Hoje, uma das questões que mais me inquieta é como a **internet mudou completamente a nossa forma de nos relacionar**. Aquele espaço do aperto de mão, do olho no olho, da conversa calorosa, foi, em muitos casos, substituído por mensagens instantâneas e encontros virtuais. Não estou dizendo que a internet é ruim, mas ela também tem nos afastado. As pessoas dizem que não têm tempo, mas o que realmente acontece é que **nós vendemos o nosso tempo**. Como meu marido costuma dizer, a gente vende o tempo, e com isso, **a gente deixa de tê-lo para nós mesmos**.*

*É isso que dificulta momentos como este aqui – encontrar pessoas dispostas a participar, a se capacitar, a ouvir, a aprender juntas. A prática da luta tem sido cada vez mais rara. Hoje, o que vejo é **muita teoria, mas pouca vivência do que é a luta de fato**. Falo com base na experiência que tivemos na Ocupação Dandara, onde organizamos 216 famílias. E sabe o que acontece? Destas 216, talvez 30% estejam realmente engajadas, como a Gil pode confirmar. A maioria participou da luta pensando nos outros – um pai lutou pela filha, uma mãe pelo filho – mas **quem vive hoje o resultado da conquista muitas vezes não sabe como ela foi construída**.*

*Essa é uma das feridas mais doloridas: ver que **muitas dessas pessoas hoje defendem o bolsonarismo**, falam mal da esquerda, desprezam os movimentos sociais que possibilitaram suas conquistas. E não é porque são más ou ingratas. É **porque não viveram a luta, não participaram dela, e, talvez, nós falhamos em não repassar esse conhecimento, em não politizar o processo**. Demos algo pronto, e esquecemos que parte da formação da consciência vem justamente do fazer junto, do construir coletivamente.*

*Ver alguém que está ocupando um espaço conquistado pela luta defender o fascismo é uma dor profunda. **Dói na alma, no coração**, porque parece uma traição, mas no fundo é uma consequência da ausência de formação, de partilha da história, da luta, do porquê daquele direito existir.*

*Fica, então, o aprendizado: **não basta conquistar, é preciso politizar o processo da conquista**. Precisamos fazer com que cada pessoa que se beneficia de uma vitória da classe trabalhadora entenda como ela foi alcançada. E que essa compreensão se transforme em compromisso com a luta, com a justiça social, com a solidariedade.*

3.10. A SOLIDARIEDADE COMO CAMINHO DE LUTA E ESPERANÇA

JULIO RAMOS BRAGA "DON JUAN" - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM DIREITOS - PERUÍBE (SP)

*Quero começar agradecendo. Gratidão – é essa a palavra que resume o que eu sinto ao estar aqui. Porque o que mais precisamos hoje no nosso país é de **solidariedade**. Vivemos tempos muito difíceis. O Brasil está profundamente polarizado. De um lado, vemos crescer o discurso de ódio, que foi tão evidente e violento durante todo o processo eleitoral de 2022. Sentimos isso na pele, lá onde moramos e lutamos.*

*Mas do outro lado, temos algo que pode realmente transformar essa realidade: **o amor e a solidariedade**. Acredito firmemente nisso. É essa solidariedade que nos une aqui, é ela que pode nos levar para um outro lugar. Como disse o presidente Lula, **nós vamos mudar o Brasil com amor**. E é nisso que a nossa militância acredita. Nós acreditamos que é possível transformar com cuidado, com acolhimento, com unidade. E é isso que estamos fazendo: **militando com amor, com esperança, com compromisso com a mudança verdadeira**.*

*Estamos aqui para construir, para somar, para caminhar lado a lado. Queremos levar essa luta adiante com força e com clareza. Este espaço que vivemos aqui, com tantos aprendizados e trocas, é muito valioso. Aqui encontramos **esclarecimento, informações, apoio** – tudo aquilo que precisamos para fortalecer nossa caminhada. Contamos com cada uma e cada um de vocês. **Ninguém vence sozinho. A nossa vitória será coletiva**.*

*Hoje, continuo essa caminhada através da **economia solidária**, que é um espaço concreto de resistência e transformação. Participo ativamente da **ECO Jurema**, nossa cooperativa de recicladores. É a partir dessas experiências que seguimos transformando realidades, gerando renda e dignidade para trabalhadores que foram deixados de lado pelo sistema.*

A economia solidária é mais do que um modelo econômico: é uma forma de existir, de resistir e de construir um outro mundo possível. Seguimos em frente com amor, solidariedade e muita luta.

3.11. TROCA DE EXPERIÊNCIAS E O DESAFIO DE CONECTAR CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

ROGER MEDEIROS - DIREÇÃO NACIONAL DA INTERSINDICAL
E DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ

*Companheiras e companheiros, eu quero destacar como foi muito rica essa troca de experiências que vivemos nesse espaço, especialmente depois da exposição do camarada Índio. Concordo inteiramente com o que disse o Mané Gabeira: foi uma **exposição brilhante, profunda e extremamente necessária** sobre as transformações no mundo do trabalho.*

*Essas discussões nos ajudam, de fato, a compreender melhor **o que está em jogo nas novas relações de trabalho**, a plataformização, a informalidade, a flexibilização – temas que atravessam nossa militância cotidiana. Mas mais do que compreender, o importante é **aplicar esse conhecimento na prática**, como temos visto aqui nos diversos relatos de experiências que nossas companheiras e companheiros trouxeram com tanta riqueza e diversidade.*

*A pluralidade de experiências que estamos ouvindo aqui **reforça a necessidade de mantermos esse espaço de escuta e construção coletiva**, porque ela amplia nossa visão e fortalece nosso compromisso com a luta. Cada fala nos desafia a pensar estratégias mais eficazes e inclusivas.*

*E aproveitando esse momento, quero deixar uma **provocação para o Índio**, a partir do que o Mané trouxe na sua fala de ontem: sobre o projeto dos BRICS como uma proposta de união civilizacional. A minha pergunta é: **como o mundo do trabalho tem se comportado nesse eixo dos BRICS?** Seria interessante entender se, dentro desse bloco, **as relações de trabalho caminham em alguma direção diferenciada** do que vemos nos modelos neoliberais tradicionais.*

*Estamos enfrentando globalmente processos profundos de precarização, reformas trabalhistas regressivas, avanço da tecnologia e das plataformas digitais. Nesse cenário, gostaria de ouvir se existem **alternativas concretas que estejam sendo construídas nesses países** – China, Índia, Rússia, África do Sul e Brasil – no que diz respeito à valorização do trabalho e da classe trabalhadora.*

Sei que o tema é vasto, mas se for possível ao menos uma pincelada para nos dar algum horizonte, já será de grande contribuição. Obrigado e seguimos firmes na luta.

3.12. AMPLIANDO A CONSCIÊNCIA DE CLASSE A PARTIR DA FORMAÇÃO

ERISTON FERREIRA - SINDIFORT (CE)

Bom dia, companheiras e companheiros. Quero, nesse breve espaço, destacar um aspecto fundamental que esse curso de formação tem nos proporcionado, e que considero extremamente valioso: a oportunidade de ampliar nossa bolha, de expandir nosso olhar sobre a realidade da classe trabalhadora.

Esse curso foi planejado de maneira brilhante, e aqui deixo meu reconhecimento ao companheiro Pedro Otoni, Secretário Nacional de Formação da Intersindical, que construiu essa programação com muito cuidado. Ontem, discutimos os princípios da Intersindical, debatemos conjuntura e conhecemos os fundamentos da nossa luta. Hoje, tivemos uma exposição maravilhosa do Índio, que nos fez mergulhar em uma análise profunda sobre as transformações no mundo do trabalho, e, mais do que isso, pudemos ouvir e aprender com realidades muito diferentes da nossa.

Falo como alguém que atua em Fortaleza, no serviço público, em uma capital. Muitas vezes, nossa visão de mundo fica restrita ao nosso entorno. O servidor público municipal se concentra na sua própria cidade, depois no seu setor e, por fim, em sua categoria específica. Isso gera um estreitamento da percepção de pertencimento de classe.

É comum ver lutas específicas de determinadas categorias, como os agentes de trânsito ou a guarda municipal, que só se mobilizam por pautas muito localizadas. A campanha salarial geral, que deveria ser uma causa de todos, passa batida, não é vista como prioritária. Por quê? Porque perdeu-se o sentimento de coletividade, a noção de pertencimento à classe trabalhadora como um todo, e mais ainda, perdeu-se a identidade de cidadão, de pessoa que tem direito à dignidade, à saúde, à felicidade.

Quero, especialmente, me dirigir aos meus companheiros do Sindifort – embora essa reflexão sirva para todos nós. Participar desse curso é um divisor de águas. Ouvimos aqui relatos comoventes de trabalhadores que não têm acesso a nenhum direito básico. Enquanto isso, nós comemoramos uma vitória recente: o direito à folga no dia da doação de sangue. Um direito que havíamos perdido e conseguimos reconquistar. Claro que é uma vitória. Mas, quando ouvimos tantas pessoas que sequer têm direito a uma folga, que não têm segurança, que não têm qualquer garantia, isso nos obriga a refletir com profundidade.

Essa contradição escancara a desigualdade e nos convoca a ir além. *Como dirigentes sindicais, nosso papel não é apenas garantir conquistas pontuais para nossas bases, mas ampliar a consciência de classe, promover a solidariedade entre os trabalhadores, e construir pontes com as realidades diversas que compõem o mundo do trabalho.*

Portanto, a partir dessa experiência de formação, saio ainda mais comprometido com a ideia de que ser dirigente sindical é, antes de tudo, estar conectado com a totalidade da nossa classe, com suas dores, suas lutas e suas esperanças. Que essa vivência nos torne melhores militantes, mais humanos, mais conscientes e mais combativos. Obrigado.

4. COMENTÁRIOS FINAIS

DA MESA TRANSFORMAÇÕES

NO MUNDO DO TRABALHO

EDSON CARNEIRO "ÍNDIO" - DIREÇÃO NACIONAL DA INTERSINDICAL

*Durante a minha exposição anterior, não consegui abordar todos os aspectos que considero fundamentais para compreendermos plenamente a realidade do mundo do trabalho hoje. Por isso, retomo agora algumas questões que são absolutamente centrais para nossa análise e ação política. Uma delas é a constatação de que o **trabalho adocece**. Isso sempre foi verdade, mas com as transformações recentes – a introdução de novas tecnologias, a financeirização da economia, as novas formas de gestão – essa realidade se agravou.*

*Hoje, o capital não conhece limites. As empresas não conseguem mais identificar o ponto em que sua exploração atinge o insuportável. Isso nos remete àquele clássico do cinema, "Tempos Modernos", do Chaplin. Já devo ter passado esse filme mais de 150 vezes em sala de aula, conheço os diálogos de cor. A diferença é que, hoje, o que vemos vai além da exaustão física retratada por Chaplin: **vemos o adoecimento psíquico, emocional e mental dos trabalhadores**.*

*E isso se expressa, por exemplo, nos números crescentes de entregadores que perdem a vida em acidentes com moto, muitos deles jovens. É por isso que, para mim, **discutir a saúde do trabalhador é dever do sindicato, da associação, da organização coletiva**. Lembro que, no sindicato dos bancários, quase todo mundo era lesionado. Muitos de nós entramos para o sindicato justamente porque estávamos adoecidos e não encontrávamos apoio em nenhum outro lugar. Isso precisa ser valorizado: qualquer avanço nessa pauta é fundamental.*

*Outra questão urgente é o debate sobre **a jornada de trabalho e o direito ao tempo livre**. Quando as pessoas apoiam propostas como o fim da escala 6x1 – que, para alguns empresários, parecem coisa de outro planeta – é porque **elas não aguentam mais a falta de tempo**. Quem mora nas grandes cidades sabe o que é perder horas no transporte, não ter tempo para os filhos, para a casa, para si. Eu costumava brincar que, hoje em dia, ninguém tem tempo nem para acordar de conchinha com a pessoa amada num sábado de manhã. Acorda cedo, trabalha o dia inteiro. **Isso é um problema social grave e precisa estar na nossa pauta de luta**.*

*A questão internacional também foi levantada, especialmente sobre os BRICS. Os BRICS são uma **alternativa importante ao imperialismo norte-americano**, e podem representar uma saída para consolidar economias nacionais e fugir das imposições do capital global. Mas temos que reconhecer que, no que*

diz respeito aos direitos do trabalho, é difícil acumular algo mais sólido dentro desse bloco. As diferenças culturais e econômicas entre os países são enormes, e mesmo países centrais no BRICS, como a China, têm seus próprios projetos – e que bom que tenham, porque mostram que **a humanidade tem salvação fora do neoliberalismo ocidental.**

A economia popular, por exemplo, está na Constituição Federal de 1988. Pouca gente sabe, mas está lá. Se conseguirmos consolidar ideias em torno da reindustrialização, da limitação à superexploração e da valorização do trabalho, já estaremos avançando. A **mundialização da produção escancara a exploração:** uma camisa vendida por 30 dólares na Europa tem, em sua produção, um custo de força de trabalho de 16 centavos – e isso com trabalho escravo em São Paulo, com imigrantes bolivianos. Esse é o tipo de realidade que precisamos denunciar.

A política de formação é outro pilar que não podemos esquecer. Ela se dá nos cursos, nas greves, nas assembleias, na luta cotidiana. E é uma obrigação nossa, como organização de trabalhadores, garantir esses processos formativos. Por isso, fizemos questão de abrir as portas da Intersindical para os companheiros da AMAE-DF, para os companheiros de Brasília, de Pernambuco – para que a gente leve os cursos até vocês. **Quem sabe mais, luta melhor. Quem luta melhor, transforma o mundo.**

A formação também passa por ouvir. Sim, precisamos estudar, mas também precisamos escutar a base. Compreender a realidade coletiva, a partir de muitos olhares, é o que nos permite construir uma leitura verdadeira do nosso tempo. A economia não é um bicho de sete cabeças. O que os economistas fazem é encher de jargões para confundir o povo. **Se a gente estuda, a gente entende. E se entende, a gente luta com mais consciência.**

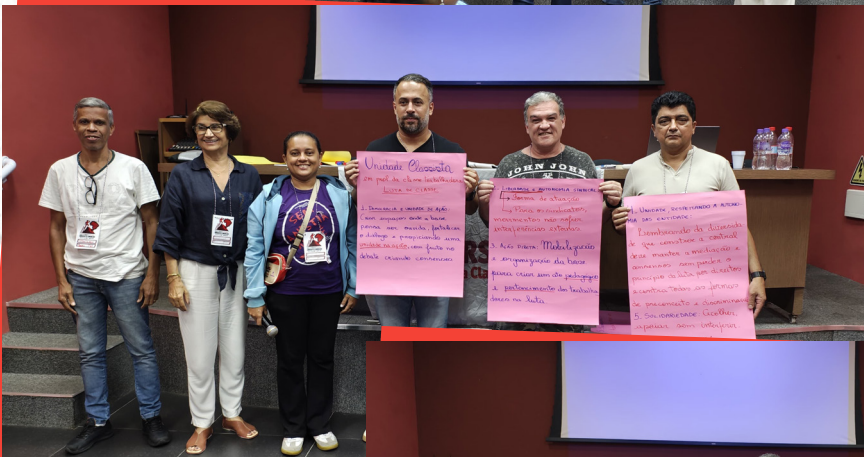
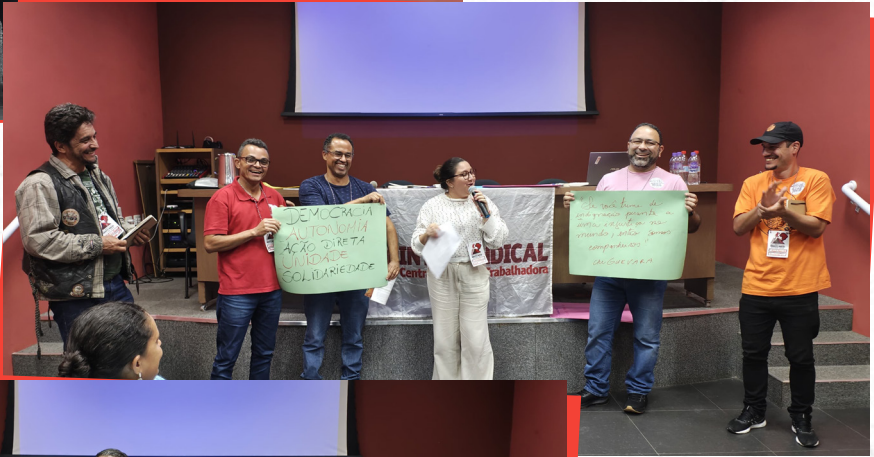
Quero concluir destacando alguns desafios urgentes. O primeiro é **acompanhar as agendas do Congresso, do Judiciário e do Executivo.** Temos mudanças importantes em curso, como projetos de lei sobre o trabalho por aplicativos, que podem avançar os direitos dos entregadores. O segundo desafio é **construir uma organização política para todos os que vivem do trabalho – formais, informais, com ou sem direitos.** Nada deve ser imposto de cima; é preciso construir junto.

E o terceiro, e talvez mais importante no momento, é o desafio político que temos em 2026: **derrotar o fascismo e garantir a reeleição do presidente Lula.** Com todas as limitações, ele ainda representa um governo que busca preservar direitos e abrir caminho para novas conquistas. A classe trabalhadora precisa de um governo que esteja, ao menos, disposto a ouvi-la.

Porque, no fim das contas, **a vida não é só para trabalhar. A vida é para ser feliz, para viver plenamente.** E nossa luta é para que isso seja possível a todos e todas que vivem do seu trabalho.



Fotos da apresentação de todos os grupos.





EIXO IV

DESAFIOS DO

MOVIMENTO SINDICAL

OFICINA SOBRE OS DESAFIOS DA INTERSINDICAL

Na tarde do dia 14 de maio, os participantes do curso de formação sindical da Intersindical foram divididos em grupos de trabalho para refletirem sobre os desafios atuais da organização sindical, com base no conteúdo da Cartilha nº 1. Cada grupo foi responsável por debater um dos desafios estratégicos indicados na cartilha e apresentar suas conclusões em plenária. A seguir, apresentamos a síntese das apresentações dos grupos.

1º DESAFIO: FORTALECER O MOVIMENTO SINDICAL E DA PAUTA DO TRABALHO

O Grupo 1 ficou encarregado do primeiro desafio: **o fortalecimento do movimento sindical e da pauta do trabalho**, tema essencial para compreender o papel estruturante dos sindicatos na luta de classes e na defesa da democracia.

Durante a apresentação, o grupo destacou que o fortalecimento dos sindicatos está diretamente relacionado à **conquista de melhores condições de trabalho, salários dignos, e à proteção dos direitos trabalhistas**. A partir dessa base sólida, torna-se possível defender **os direitos sociais mais amplos** e, em última instância, a democracia. A cadeia lógica apresentada pelo grupo é clara: sem sindicato forte, há perda de direitos trabalhistas; sem esses direitos, fragilizam-se os direitos sociais; e, sem estes, a democracia se esvazia.

Foi enfatizado que o caminho contrário também é verdadeiro: a fragilização dos sindicatos representa um risco direto para a democracia. Para ilustrar esse ponto, os participantes recordaram que um dos primeiros alvos do golpe civil-militar de 1964 foi justamente o movimento sindical. Antes mesmo de atacar o movimento estudantil, o regime autoritário interveio nos sindicatos, dissolveu suas direções e impôs controle estatal sobre as organizações dos trabalhadores. Ou seja, **a destruição da organização sindical foi estratégica para o avanço do autoritarismo no Brasil**.

Outro ponto fundamental destacado foi que a **luta sindical perpassa a luta social em sua totalidade**. A pauta do trabalho não se resume à disputa por salários ou benefícios. Ela se entrelaça com as lutas da juventude, das mulheres, da população negra, das pessoas com deficiência, da comunidade LGBTQIA+. Isso porque **todos esses segmentos estão inseridos na classe trabalhadora**, e a forma como o trabalho é organizado impacta diretamente suas vidas. Assim, o grupo defendeu a importância de reconhecer essas múltiplas identidades no interior da luta sindical classista.

Ao final da apresentação, ficou evidente o compromisso do grupo com a ideia de que **sem sindicato não há democracia**. O fortalecimento das entidades sindicais, sua capacidade de mobilização, de articulação e de formação política da base são condições indispensáveis para enfrentar os ataques do capital e reconstruir um projeto popular para o país. Em tempos de ofensiva neoliberal, o desafio da Intersindical é reafirmar sua vocação de organizar a classe trabalhadora de forma combativa, plural e democrática.

2º DEŠAFIO: DIREITOS PARA TRABALHADORES AUTÔNOMOS E TERCEIRIZADOS

O Grupo 2 apresentou suas reflexões sobre o **segundo desafio estratégico da Intersindical**, conforme apontado na Cartilha nº 1: **a garantia de direitos para trabalhadores autônomos, terceirizados e informais**. A discussão do grupo revelou um olhar crítico e comprometido com a transformação das estruturas sindicais frente à nova situação do mundo do trabalho, profundamente impactada pelas transformações neoliberais e tecnológicas.

A partir da leitura e debate coletivo, o grupo reconheceu que o avanço da reestruturação produtiva, acelerada pelas reformas trabalhista e previdenciária, impôs **novas formas de exploração e vínculos cada vez mais frágeis**, como o trabalho intermitente, o contrato PJ, o serviço por plataformas e a informalidade. Este cenário não é um fenômeno natural, mas sim **parte de um projeto global do capital**, que busca maximizar lucros por meio da redução dos direitos, especialmente nos países da periferia do sistema, como o Brasil.

Nesse novo contexto, surgem **sujeitos sociais precarizados**, desprovidos das garantias mínimas que outrora eram asseguradas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Frente a essa realidade, o grupo defendeu uma proposta estratégica ousada: **a universalização dos direitos trabalhistas**, desvinculando-os da carteira assinada e transformando-os em **direitos de cidadania**. A lógica é simples e potente: se o Sistema Único de Saúde (SUS) atende a todos, independentemente do vínculo empregatício, **por que direitos como férias, licença maternidade, 13º salário e aposentadoria não poderiam seguir a mesma linha?**

Para viabilizar essa transformação, o grupo propôs a criação de novas formas de financiamento da seguridade social, como **a taxaão de grandes fortunas, heranças, dividendos e patrimônio**, defendendo que os mais ricos contribuam proporcionalmente mais para garantir uma rede de proteção social a todos os trabalhadores.

O grupo também alertou para os efeitos danosos da pejetização, trazendo um exemplo concreto do setor bancário, onde houve tentativas de substituição de contratos formais por PJs, impondo aos trabalhadores a responsabilidade integral por encargos como previdência e saúde. Na prática, isso significou mais sobrecarga e menos proteção.

Por fim, os participantes destacaram **a importância da mobilização sindical**, mesmo entre os trabalhadores que, em um primeiro momento, resistem à organização coletiva, influenciados pela ideologia do empreendedorismo individual. O exemplo do "Breque dos Aplicativos" foi citado como um marco de resistência: uma paralisação nacional dos entregadores, que, mesmo sem representação sindical formal, impôs sua pauta na esfera pública. Ainda assim, o grupo reconheceu que **sem a mediação institucional e política - como audiências públicas e presença ativa da Intersindical - esses trabalhadores continuariam invisibilizados e sem voz nas negociações**.

A apresentação do Grupo 2 reafirmou o papel histórico do sindicalismo classista: não apenas organizar os trabalhadores do emprego formal, mas **abrir suas portas para os milhões que vivem do trabalho sem direitos, construindo uma nova institucionalidade sindical que dialogue com a realidade concreta da classe trabalhadora em sua diversidade e precarização.**

3º DESAFIO: REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO POR APLICATIVO

O Grupo 3 ficou responsável por debater o terceiro desafio: a regulamentação do trabalho por aplicativo. O grupo iniciou sua apresentação destacando a provocação **"Nem escravo, nem patrão", adaptada para "Nem escravo, nem empresário"**, evidenciando a ambiguidade da posição dos trabalhadores de aplicativos, que não são nem empregados formais nem empresários autônomos. Foi traçado um paralelo entre o início da industrialização, onde trabalhadores enfrentavam jornadas exaustivas e salários diários, e a atual realidade dos trabalhadores de aplicativos, que, apesar da aparente autonomia, enfrentam condições semelhantes de exploração.

Uma das propostas discutidas foi a regulamentação da jornada de trabalho por CPF, visando limitar o tempo total de trabalho diário, independentemente da quantidade de aplicativos utilizados. Essa medida busca evitar jornadas excessivas que comprometem a saúde e segurança dos trabalhadores.

Outra questão levantada foi a necessidade de atendimento humano por parte das plataformas. Atualmente, os trabalhadores enfrentam dificuldades ao tentar resolver problemas com as empresas, sendo frequentemente atendidos por sistemas automatizados que não oferecem soluções eficazes, gerando frustração e sensação de desamparo.

O grupo também criticou o modelo de negócio das plataformas, que se apresentam como empresas de tecnologia para evitar responsabilidades trabalhistas. Essa estratégia permite que as empresas se isentem de obrigações legais, transferindo os riscos e custos para os trabalhadores.

Foi discutida a necessidade de desconstruir a ideologia do "empreendedorismo" propagada pelas plataformas, que induz os trabalhadores a acreditarem que são autônomos e controlam sua jornada, quando na realidade estão submetidos a condições precárias e sem garantias trabalhistas. O grupo enfatizou a importância de conscientizar esses trabalhadores sobre seus direitos e a necessidade de organização coletiva para reivindicar melhores condições de trabalho.

A apresentação do Grupo 3 destacou a urgência de regulamentar o trabalho por aplicativo, garantindo direitos e proteção aos trabalhadores. As propostas discutidas visam combater a precarização e promover condições dignas de trabalho, reforçando a importância da atuação sindical na defesa desses trabalhadores emergentes no cenário laboral contemporâneo.

4º DESAFIO: PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA AS MULHERES TRABALHADORAS

O grupo 4 foi responsável por discutir o 4º desafio: a promoção de direitos para as mulheres trabalhadoras. Iniciaram a apresentação destacando a importância histórica da eleição de Nilza Pereira como a primeira mulher a presidir uma central sindical, a Intersindical. Esse feito simboliza um avanço significativo

na representatividade feminina dentro do movimento sindical.

Foi discutida a necessidade de desconstruir os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres na sociedade e no movimento sindical. Observou-se que, apesar de avanços, muitas vezes as mulheres ainda são incluídas nas diretorias sindicais apenas para cumprir cotas estatutárias, sem real poder de decisão. É fundamental que as mulheres ocupem espaços de liderança não apenas em pautas específicas de gênero, mas também em debates amplos sobre conjuntura e estratégias sindicais.

Foram relatadas experiências em que, mesmo em categorias com predominância feminina, como a dos assistentes sociais, a participação das mulheres em cargos de decisão ainda é limitada. Isso evidencia a persistência de estruturas patriarcais que dificultam a ascensão das mulheres a posições de liderança. A igualdade de gênero deve ser uma prática efetiva dentro das entidades sindicais, refletindo-se na composição de suas diretorias e na condução de suas políticas.

Enfatizou-se a importância de espaços de formação voltados exclusivamente para as mulheres, permitindo que compartilhem experiências e fortaleçam sua atuação sindical. Simultaneamente, a necessidade de espaços de formação mista, nos quais os homens também sejam sensibilizados sobre as questões de gênero e incentivados a adotar práticas não machistas. O protagonismo feminino deve ser reconhecido e valorizado em todas as instâncias do movimento sindical.

Concluíram que a promoção de direitos para as mulheres trabalhadoras exige ações concretas dentro das entidades sindicais, como a revisão de estatutos para garantir a paridade de gênero, a criação de secretarias específicas para as mulheres e a implementação de políticas que assegurem sua participação efetiva nos espaços de decisão. Somente com o compromisso de toda a estrutura sindical será possível avançar rumo a uma verdadeira igualdade de gênero no mundo do trabalho.

5º DESAFIO: MELHORIA DA QUALIDADE DOS EMPREGOS

O Grupo 5 se debruçou sobre o sexto desafio proposto pela Cartilha nº 1 da Intersindical: **a melhoria da qualidade dos empregos**. O debate coletivo revelou um mosaico de situações enfrentadas por diferentes categorias, escancarando a urgência de um enfrentamento político e sindical frente à precarização estrutural do trabalho no Brasil.

O grupo iniciou sua apresentação denunciando **a falta de condições mínimas nos locais de trabalho**. Representantes de diferentes setores relataram a ausência de infraestrutura básica, como acesso a banheiros, água potável, locais para refeição e segurança física. Desde os trabalhadores de aplicativos até bancários e comerciários, todos partilharam experiências que evidenciam o desprezo de muitas empresas e instituições pelas necessidades humanas elementares de seus funcionários.

A realidade dos bancários do Santander, por exemplo, que trabalham em espaços improvisados, como debaixo de escadas, ou mesmo os comerciários que enfrentam jornadas extenuantes sem direito a folga, revelam um cenário comum: **o trabalhador está adoecendo em decorrência da negligência estrutural à sua dignidade**.

Um ponto central levantado pelo grupo foi a **invasão do tempo livre dos trabalhadores pela tecnologia**.

As novas ferramentas de comunicação e controle, como WhatsApp corporativo, câmeras, aplicativos de vigilância e lives institucionais, invadem os lares e transformam o trabalhador em uma engrenagem ativa 24 horas por dia. A ideia de **“direito à desconexão”** foi amplamente debatida como urgente e necessária, uma vez que a ausência de limites entre o tempo de trabalho e o tempo de descanso compromete a saúde física, mental e emocional.

Outro ponto preocupante foi a ausência de segurança nos equipamentos públicos, especialmente nas áreas da saúde e da assistência social. Casos de agressões, ameaças e até assassinatos dentro de unidades de atendimento foram relatados, demonstrando que **os servidores públicos também atuam em condições de vulnerabilidade extrema**, o que exige uma resposta estatal imediata.

A educação foi apontada como chave para a emancipação do trabalhador. A formação deve permitir não apenas a **qualificação técnica**, mas também fomentar **a consciência crítica e a organização coletiva**. Sem essa base, os trabalhadores continuam à mercê da exploração e do adoecimento.

Por fim, discutiu-se o que significa, na prática, ter **um salário digno**. Para os trabalhadores informais, que trabalham mais e ganham menos, a dignidade passa por **políticas de renda complementar**, como o salário social. Inspirados pela experiência argentina, o grupo defendeu a construção de um sistema que **garanta uma renda básica para os dias em que o trabalho não é possível**, como nos casos de intempéries climáticas ou no final do ano, quando o restante da sociedade usufrui do descanso.

O desafio da melhoria da qualidade do emprego não é apenas técnico ou estrutural: é profundamente político. Envolve enfrentar os modelos de gestão desumanos, exigir direitos básicos como segurança, descanso, saúde e salário justo. **Trabalhar não pode ser sinônimo de adoecer. Trabalhar não pode significar abrir mão da vida**. Este foi o grito coletivo que ecoou do Grupo 5 - um chamado à luta por condições de trabalho verdadeiramente dignas.



EIXO V

BOAS PRÁTICAS

SINDICAIS

BOAS PRÁTICAS SINDICAIS

MANOEL ELÍDEO ROSA "MANÉ GABEIRA" - SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS DA INTERSINDICAL E COORDENADOR DOS BANCÁRIOS NA LUTA (SP)

*Durante minha exposição sobre boas práticas sindicais, compartilhei reflexões e experiências que considero fundamentais para fortalecer nosso movimento. Iniciei destacando o exemplo do presidente Lula, que, antes de liderar o país, foi presidente de sindicato. Sua trajetória demonstra como **o sindicato pode ser uma verdadeira escola de formação política e cidadã**. No entanto, para que essa escola funcione, é essencial que estejamos dispostos a aprender e a praticar o que pregamos.*

A coerência entre discurso e ação é crucial. *Se falamos uma coisa e fazemos outra, precisamos parar e refletir sobre nossa prática política e nosso comportamento diário. A responsabilidade que temos como sindicalistas ou membros de movimentos sociais é grande, pois não temos um "relógio de ponto" que nos cobre horários, mas sim um compromisso com nossa categoria.*

É importante reconhecer que, muitas vezes, os trabalhadores enfrentam dificuldades nos locais de trabalho, e cabe a nós, dirigentes sindicais, agir com sensibilidade e ética para apoiá-los. A porta de entrada do sindicato deve ser acolhedora, com pessoas bem-educadas e motivadas a mudar a realidade. Não podemos permitir que alguém sem esperança ou mal-humorado seja o primeiro contato de um trabalhador com o sindicato.

*Além disso, é fundamental valorizar as lideranças que atuam nas periferias, resolvendo questões como moradia, transporte e violência. Essas lideranças são essenciais para o fortalecimento do movimento sindical e social. **Devemos estar presentes no dia a dia dessas comunidades, oferecendo solidariedade e apoio prático, como a organização de reuniões ou a produção de materiais informativos.***

Ao atrair trabalhadores para o sindicato, muitas vezes começamos discutindo questões específicas, como o ar-condicionado de uma agência bancária. No entanto, é nossa responsabilidade ampliar essa discussão, explicando as leis e políticas que afetam diretamente suas condições de trabalho. Assim, eles passam a entender a importância de sua participação no movimento sindical.

Também devemos oferecer espaços culturais e de lazer no sindicato, como aulas de dança ou corais, para atrair aqueles que se interessam por essas atividades. Lembro do caso de Nelson Silva, que se aproximou do sindicato por conta de uma gafeira e acabou se tornando um funcionário dedicado por mais de 40 anos.

Ser dirigente sindical é um compromisso com a defesa dos trabalhadores. Não podemos nos omitir diante de demissões ou perseguições. Devemos enfrentar essas situações com coragem e determinação, buscando soluções e oferecendo apoio concreto. A honestidade é fundamental nesse processo; é melhor dizer um "não" sincero do que prometer algo que não podemos cumprir.

O movimento sindical também oferece oportunidades de crescimento pessoal e profissional. Através dele, conheci diferentes regiões do Brasil e até de outros países, experiências que enriqueceram minha atuação como dirigente. No entanto, é preciso estar disposto a assumir responsabilidades e a trabalhar com dedicação.

É importante lembrar que o sindicato não é um espaço para vaidades ou interesses pessoais. Se alguém está há muitos anos no movimento sem contribuir efetivamente, talvez seja hora de abrir espaço para novas lideranças. A diversidade de habilidades é essencial; nem todos precisam ser grandes oradores, mas todos devem estar comprometidos com a causa.

Por fim, ressaltar a importância da democracia interna no sindicato. Devemos ouvir todos os membros, mas, uma vez tomada uma decisão coletiva, é fundamental que todos a respeitem e a executem com unidade de ação. Essa coesão é o que nos dá força e legitimidade diante dos desafios que enfrentamos.

Acredito que o movimento sindical sempre terá espaço para aqueles que estão dispostos a aprender e a trabalhar com dedicação. Ninguém sabe tudo, e é através da troca de experiências e do compromisso coletivo que fortalecemos nossa luta por justiça e dignidade para todos os trabalhadores.



"Mesa "Boas Práticas sindicais". Palestrantes: Eriston Ferreira e Manoel Elidio Rosa "Mané Gabeira" e mediação de Pedro Otoni. (15/05).

BOAS PRÁTICAS SINDICAIS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO SINDIFORT

Eriston Ferreira - Presidente do Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos do Município de Fortaleza - SINDIFORT

Ao refletir sobre as boas práticas sindicais, compartilho minha vivência como dirigente do Sindifort e membro da Direção Nacional da Intersindical. Durante o curso de formação sindical promovido pela Intersindical, foram abordados aspectos que considero essenciais para o fortalecimento do movimento sindical. Irei listá-los.

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

A democracia é um pilar central na atuação sindical. No Sindifort, priorizamos decisões coletivas, utilizando instrumentos estatutários como assembleias para garantir transparência e legitimidade. Mesmo quando a decisão coletiva não é a mais estratégica, **é preferível errar junto do que acertar sozinho.**

Aceitar críticas é parte integrante desse processo democrático. Muitas vezes, críticas vêm de setores que não compartilham dos nossos valores, mas é essencial manter a serenidade e avaliar a procedência dessas críticas. A participação ativa dos membros da diretoria é crucial; não podemos permitir que diretores se afastem das atividades sindicais ou não compartilhem informações com a base.

AUTONOMIA E LIBERDADE

Manter a autonomia frente a governos e patrões é fundamental. Recusar favores ou cargos comissionados que possam comprometer nossa independência é uma prática que adoto. Nossa força vem do financiamento próprio e da gestão autônoma, evitando vínculos que possam nos enfraquecer.

Em contextos políticos complexos, como em Fortaleza, onde o mesmo partido de esquerda (nosso aliado na luta pela democracia) está no governo estadual e municipal, é necessário criticar com responsabilidade, evitando fortalecer adversários políticos. Nossa autonomia nos permite agir com liberdade, mas sempre com consciência das consequências políticas.

UNIDADE E COERÊNCIA

A unidade entre diferentes categorias e organizações é vital. No Sindifort, buscamos parcerias com movimentos sociais e outros sindicatos, independentemente de filiações partidárias. Nossos verdadeiros adversários estão no campo patronal, não entre os trabalhadores.



Dentro da diretoria, é essencial evitar que interesses partidários individuais se sobreponham às decisões coletivas. As ações deliberadas devem ser respeitadas e defendidas por todos, mantendo a coerência e a integridade da entidade sindical.

MOBILIZAÇÃO E PRESENÇA NA BASE

A mobilização efetiva exige presença constante na base. Com uma base de 13.500 filiados em um universo de 55.000 servidores em Fortaleza, é fundamental estar presente, ouvir as demandas e construir relações de confiança. As redes sociais são ferramentas úteis, mas não substituem o contato direto.

Durante campanhas salariais, é importante manter a base informada sobre o andamento das negociações, evitando surpresas e fortalecendo o apoio às decisões tomadas.

SOLIDARIEDADE E INCLUSÃO

A solidariedade entre categorias é uma prática que valorizamos. No Sindifort, dedicamos esforços iguais a todas as categorias representadas, reconhecendo que algumas podem necessitar de atenção especial em determinados momentos. Essa abordagem fortalece a coesão e o sentimento de pertencimento entre os trabalhadores.

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTÍNUA

A formação sindical é um investimento essencial. Desde que assumimos a diretoria, priorizamos a capacitação dos dirigentes, reconhecendo que o conhecimento fortalece a atuação sindical. Planejamos expandir essas formações, inclusive buscando parcerias para capacitações internacionais.

A experiência no curso de formação promovido pela Intersindical reforçou a importância de compartilhar conhecimentos e experiências, promovendo o crescimento coletivo e a construção de lideranças comprometidas com os valores sindicais.

CONCLUSÃO

As boas práticas sindicais que compartilhei são frutos de experiências vividas e refletem nosso compromisso com a democracia, autonomia, unidade, mobilização, solidariedade e formação contínua. Acreditamos que, ao fortalecer esses pilares, contribuímos para um movimento sindical mais robusto e alinhado com os interesses da classe trabalhadora.

3. DEBATE

Logo após as exposições foram realizados comentários por parte dos participantes que foram sistematizados e transformados nos textos a seguir.

3.1. A CRIATIVIDADE COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA SINDICAL

RICARDO "BIG" SARAIVA - SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA INTERSINDICAL E DIRIGENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SANTOS E REGIÃO

Durante uma greve emblemática, vivenciamos uma cena de pura tensão e resistência. Em determinado momento, as trabalhadoras, impacientes, queriam ultrapassar o piquete. A situação era delicada: tratava-se de um local simbólico, um bastião da resistência há mais de 15 anos. No impulso de proteger esse símbolo, deitei-me na entrada, literalmente me joguei no chão, impedindo a passagem. Foi um gesto extremo, mas suficiente para manter a greve firme. Elas hesitaram, e conseguimos segurar a linha de frente.

Essa foi apenas uma entre tantas ações criativas e ousadas que marcaram nossa trajetória. Em outro momento, enfrentamos o poderio do Itaú. Sabíamos que atacar a imagem pública do banco poderia surtir mais efeito do que discursos inflamados. Assim, lançamos uma campanha com o mote "O Itaú está quebrando", não financeiramente, mas quebrando a resistência dos trabalhadores. Distribuímos panfletos, fizemos pedágios, impactamos a opinião pública.

Nosso objetivo era claro: atingir a credibilidade da instituição, seu maior patrimônio. Quando chegaram à mesa de negociação, os representantes do banco estavam visivelmente afetados, exigindo até mesmo nossa retirada do processo. E isso não foi em São Paulo, foi aqui, conosco.

Essa história é uma entre tantas. O que quero destacar é que a criatividade é uma arma poderosa na luta sindical. A greve é uma ferramenta essencial, sim, mas não a única. Em algumas situações, uma ação bem pensada, simbólica e estratégica pode causar mais impacto do que dias de paralisação. Principalmente contra governos ou empresas que se blindam ao diálogo e não sentem o peso direto de uma greve convencional.

É nesse contexto que reside a essência de uma boa prática sindical: ousadia, criatividade e a capacidade de reinventar a luta, mesmo nas adversidades.

3.2. MEMÓRIA, LUTA E CUIDADO: O PAPEL DO SINDICATO NA VIDA DOS TRABALHADORES

ROGÉRIO SAMPAIO - SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO

A greve dos bancários em 2004 marcou um capítulo decisivo na história da nossa categoria. Foram 30 dias de enfrentamento, resistência e sacrifícios – e esse episódio serve de ponto de partida para refletirmos sobre a importância da memória coletiva no fortalecimento da luta sindical.

Hoje, os novos bancários que ingressam nas instituições financeiras muitas vezes recebem benefícios como vale-alimentação, PLS e auxílio-creche sem saber a origem dessas conquistas. Muitos acreditam que são gentilezas dos bancos, mas a verdade é outra: foram direitos conquistados com muito enfrentamento, repressão e até prisão de dirigentes.

Minha própria trajetória é marcada por essas lutas. Fui demitido três vezes por enfrentar o sistema, sofri assédio moral e isolamento profissional, tudo por não aceitar calado as injustiças. Denunciei práticas abusivas, mesmo quando meus colegas temiam falar. O medo de represálias é real, mas a omissão custa caro à dignidade de todos.

Foi com esse histórico que ingressei no movimento sindical. Com amor e compromisso, pois sei o que representa ser acolhido em momentos de vulnerabilidade. Um dos casos que mais me marcou foi o de uma trabalhadora demitida durante o tratamento de câncer. Procurou o sindicato em desespero. Com diálogo, pressão e perseverança, conseguimos sua reintegração. Hoje, ela segue seu tratamento com dignidade e gratidão ao sindicato.

Essa é a nossa missão: cuidar das pessoas, lembrar das lutas que nos trouxeram até aqui, e construir permanentemente novas formas de resistência. O sindicato é, e sempre será, parte vital da vida da categoria.

3.3. LUTA NA BASE, APOIO INTEGRAL E CONEXÃO COM A CLASSE: A PRÁTICA SINDICAL DOS QUÍMICOS UNIFICADOS

MÁRCIO JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS - SINDICATO DOS QUÍMICOS UNIFICADOS - REGIONAL OSASCO

Nossa atuação sindical começa e se sustenta na base. É ali, na porta da fábrica, sob sol, chuva ou frio, que construímos a confiança com os trabalhadores. No Sindicato dos Químicos Unificados, colocamos sempre a defesa da classe acima de qualquer interesse, e nos recusamos a abaixar a cabeça para os patrões. A presença constante no chão da fábrica é o que nos torna respeitados.

Nossa atuação vai além da base da categoria química. Participamos de frentes amplas, apoiando lutas dos metroviários, de entregadores por aplicativos, dos movimentos populares como o MTST. Para nós, a solidariedade de classe não é um discurso: é uma prática. Estamos presentes em atos, greves e mobilizações que expressam as necessidades reais da classe trabalhadora.

Também mantemos uma estrutura de apoio importante. O trabalhador associado conta com atendimento jurídico, médico do trabalho e assistência específica, sem custo adicional. Essa rede de apoio fortalece o vínculo do sindicato com sua base e mostra que o cuidado com as pessoas é parte essencial da luta.

No entanto, manter o sindicato de pé é um desafio constante, especialmente frente à dificuldade de ampliar a sindicalização. Para termos um sindicato forte, é fundamental que os trabalhadores compreendam a importância de se filiar. O financiamento da luta não pode depender do patrão - deve ser sustentado por quem ela representa.

Entre as experiências marcantes, lembro da mobilização em abril de 2017, ainda antes de me tornar dirigente. Paralisamos a Rodovia Anhanguera contra a reforma da previdência. Fomos reprimidos com bombas, mas resistimos. Mais tarde, já como dirigente, enfrentamos o bloqueio da empresa Natura, onde qualquer

mobilização era recebida com forte repressão policial. Conseguimos negociar com a direção da empresa apenas após forte pressão, demonstrando que a organização e resistência podem gerar vitórias concretas.

Por fim, reforçamos a importância do nosso Observatório Sindical, ferramenta que permite denúncias anônimas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Transformamos essas informações em boletins de denúncia e enfrentamento direto contra as empresas.

Nosso trabalho é esse: estar presente, agir com coragem e construir solidariedade entre todos os setores da classe trabalhadora.

3.4. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A AÇÃO SINDICAL

MATEUS DE MELO LIMA - SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SANTOS E REGIÃO

Nosso tempo é marcado por um ambiente social cada vez mais individualista. O sindicato, enquanto instrumento de organização coletiva, enfrenta o desafio de atuar dentro de uma sociedade que valoriza cada vez mais os interesses pessoais em detrimento do bem comum. O papel do sindicato, nesse contexto, é fundamental: traduzir as experiências individuais em lutas coletivas, lembrando que conquistas duradouras só se constroem com solidariedade e organização.

Outro ponto crucial é a escuta ativa por parte da direção sindical. O dirigente precisa estar disposto a ouvir. Não se trata apenas de repassar informações ou conduzir lutas, mas de compreender o que está sendo vivido na base. Muitas vezes, é na escuta atenta que surgem as pautas mais legítimas e urgentes. O exemplo de um colega da Caixa que vai à Brasília sem saber direito sobre o que está se debatendo mostra o risco de desconexão com a realidade dos trabalhadores.

Vivemos ainda os impactos duradouros da reforma trabalhista de 2017, que inaugurou uma campanha agressiva contra os sindicatos. Hoje, assistimos à retomada desse ataque, com projetos como o do Rogério Marinho, que visam desmobilizar financeiramente os sindicatos ao dificultar o desconto da contribuição sindical. Trata-se de um novo ciclo de ofensiva neoliberal, e precisamos nos preparar.

Ao mesmo tempo, não podemos subestimar forças políticas reacionárias como o bolsonarismo. Mesmo sem a presidência, essa corrente ainda mantém forte presença nos estados e na base social. Por isso, a atuação sindical precisa ir além da sua categoria, articulando-se com lutas maiores em defesa da democracia e dos direitos sociais.

Enfrentar esse cenário exige mais do que resistência. Exige estratégia, escuta, formação política e capacidade de dialogar com o novo sem abrir mão dos princípios históricos do sindicalismo.

3.5. "NÃO SOMOS INVISÍVEIS": A LUTA DOS TRABALHADORES INFORMAIS

GILVANIA REIS GONÇALVES - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM DIREITOS

A formação sindical que participamos foi de extrema importância para o nosso movimento. Foi um espaço de aprendizado e troca, onde pudemos compartilhar experiências fundamentais da nossa luta cotidiana enquanto trabalhadores e trabalhadoras sem direitos formais reconhecidos.

Em 2022, realizamos uma ação direta marcante: interrompemos uma rodovia movimentada de São Paulo,

próxima à Serra, espalhando pneus no asfalto e exibindo faixas com mensagens contundentes como “Nós não somos invisíveis” e “Somos mais de 40 milhões de trabalhadores informais”. Um helicóptero da mídia sobrevoou a área, e nossa mensagem foi lançada ao país. Era essencial mostrar que existimos, que estamos organizados, que somos parte dessa sociedade e exigimos reconhecimento.

Com o tempo, adaptamos nossas estratégias. Diante da crise climática, tivemos que abandonar as queimas simbólicas e buscar formas mais criativas e sustentáveis de mobilização. Passamos a intensificar o trabalho de base, realizando ações de panfletagem em grandes centros comerciais, como na 25 de março. Com caixas de som e muita disposição, nos apresentamos como um movimento organizado, denunciando a falta de seguridade social e chamando outros trabalhadores à reflexão e à luta.

Nossa atuação é também marcada pela escuta. Realizamos rodas de conversa com empregadas domésticas e outros setores da classe trabalhadora. Muitas vezes, o mais importante é simplesmente estar presente, ouvir, acolher. Um “bom dia” ao telefone pode ser um gesto de solidariedade profunda para quem atravessa dificuldades psicológicas. Esses momentos de atenção e cuidado humanizam a luta e fortalecem os vínculos dentro do movimento.

Seguimos firmes, com solidariedade, organização e criatividade, para garantir que os milhões de trabalhadores informais do Brasil não sejam mais ignorados ou silenciados. Nossa voz ecoa nas ruas, nas feiras, nas casas e nos espaços políticos. Existimos, resistimos e seguimos lutando.

3.6. ORGANIZAR PELA BASE: ENRAIZAR A LUTA SINDICAL NOS LOCAIS DE TRABALHO

ROGER MEDEIROS - SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CEARÁ E DIREÇÃO NACIONAL DA INTERSINDICAL

A nossa contribuição neste debate parte da compreensão de que a efetividade da ação sindical passa, necessariamente, pelo enraizamento no local de trabalho. Não se trata de uma oposição entre direção sindical e base, mas de uma relação de complementaridade, de ida e vinda, onde as decisões políticas ganham força real através da presença constante da militância sindical nos ambientes de trabalho.

Inspirados por experiências exitosas como a dos companheiros químicos, que demonstraram um modelo profundo de atuação de base, reforçamos a importância dos delegados sindicais como ponte entre a diretoria e os trabalhadores. São eles que traduzem a política em prática cotidiana, que fazem a luta ganhar carne e osso.

Um instrumento que temos utilizado é o jornal sindical. Ele não é apenas uma peça informativa, mas um roteiro de diálogo. Levamos aos locais de trabalho, abrimos o material, explicamos seu conteúdo. Não basta distribuir – é preciso conversar, contextualizar, escutar. É nesse processo que conseguimos identificar trabalhadores com potencial de liderança, progressistas, que podem ser formados como novos delegados de base.

Essa prática contínua – visitar, conversar, formar – é o que mantém viva a conexão com a base e permite a renovação política da nossa estrutura sindical. Lutar contra o racismo, enfrentar a extrema direita e disputar a consciência política nas periferias e locais precarizados exige essa presença real, constante, educativa. É um trabalho de paciência e de persistência.

Se quisermos disputar a ideologia que impera na sociedade, precisamos estar nas trincheiras do cotidiano: os locais de trabalho. Por isso, defendemos que o jornal sindical não seja um fim, mas um meio para ativar a escuta e a mobilização. Quando isso se encadeia com um projeto político-pedagógico consistente, conseguimos avançar - não só na mobilização, mas também na formação de novas lideranças e no fortalecimento do sindicalismo como ferramenta de transformação.

Agradeço pelo espaço e reitero: a luta sindical se fortalece com raízes profundas e ramificações sólidas na base.

3.7. CRIATIVIDADE E CONEXÃO COM O POVO

ALEXSANDRO LEITE MOIZINHO - MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES SEM DIREITOS (RJ)

Este encontro foi um retrato autêntico do Brasil que queremos construir: diverso, acolhedor, com cultura e alegria. A noite cultural mostrou que é possível compartilhar mais do que ideias - é possível viver coletivamente um projeto de país.

Minha fala se organiza em dois pontos. O primeiro é sobre a necessidade de disputar a consciência do povo brasileiro. Em 2018, o diálogo com setores bolsonaristas era praticamente inviável. Hoje, ainda há núcleos duros intransigentes, mas o povo como um todo continua fazendo "arranjos" diários para sobreviver - e é com essa realidade que precisamos dialogar. Não podemos desistir de conversar com quem votou em Bolsonaro ou se identifica como "pobre de direita". Nosso papel, enquanto organizações de esquerda, é disputar a sociedade como um todo - e não apenas os convertidos.

A classe trabalhadora tem nos mostrado como organizar o que parecia impossível: camelôs, entregadores, comerciários. Não escolhemos as condições em que lutamos - elas já estão colocadas. Cabe a nós, com criatividade e escuta ativa, transformar a correlação de forças.

Dou o exemplo de Henrique Azevedo, no Rio: um desconhecido do PSOL, que foi ao mercado, à farmácia, conversar olho no olho com os trabalhadores sobre suas pautas. Conquistou o voto da classe que, em boa parte, havia votado em Bolsonaro. Foi eleito. Isso mostra que é possível - mas exige trabalho de base real, direto e contínuo.

O segundo ponto é o impacto simbólico das ações diretas. No Rio, fizemos um ato nos Arcos da Lapa: bandeira de torcida organizada com "Sem Anistia" pendurada. Durou dez minutos antes de ser retirada pela PM, mas a foto rodou o país - Veja, UOL, Folha, Globo. Outra ação, em frente ao condomínio do Bolsonaro, gerou ampla repercussão. É a prova de que, mesmo em contextos adversos, com pouco tempo ou recursos, a criatividade e o simbolismo comunicam e mobilizam.

Não se trata de "moda", mas de entender o momento histórico e agir com inteligência política. A classe trabalhadora tem dado aula sobre como se organizar - agora é a nossa vez de aprender com ela.

3.8. SINDICALISMO CLASSISTA E O DEVER DE FAZER O DEBATE POLÍTICO

ENEIDA KOURY - SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SANTOS E REGIÃO

Participar desse encontro foi uma experiência rica e transformadora. Tivemos a oportunidade de conhecer a realidade de companheiros e companheiras de diferentes regiões, de sindicatos diversos e, especialmente, de movimentos historicamente invisibilizados, como o das trabalhadoras domésticas e dos trabalhadores informais. Ouvir seus sonhos, desafios e perspectivas nos ajuda a ampliar o olhar e fortalecer o espírito de solidariedade de classe.

Quero, no entanto, destacar um ponto que muitas vezes é deixado de lado nos espaços sindicais: o papel político do sindicato. Nossa central sindical é classista, socialista e não se restringe a pautas corporativas ou meramente econômicas. Essa identidade política nos impõe um compromisso: enfrentar temas difíceis e, muitas vezes, evitados dentro das bases.

Em momentos como as eleições, por exemplo, percebemos que há resistência por parte de muitos trabalhadores em debater política. Mas justamente nesses momentos é que precisamos agir com coragem. Não se trata de partidizar o sindicato, mas de assumir um lado - o lado da classe trabalhadora. O sindicato não pode se omitir diante de decisões que afetam profundamente os rumos do país e da vida dos trabalhadores.

Nosso dever é político e educativo. Precisamos debater com a base, mesmo quando ela resiste. A tarefa é apresentar os temas de forma acessível, estimular a reflexão e mostrar por que uma escolha é melhor para os interesses coletivos da classe trabalhadora. O silêncio, nesses casos, é uma forma de conivência.

Assim como disse Roger Medeiros, o trabalho sindical é educativo. E esse papel formador precisa ser exercido também no campo das ideias, no enfrentamento das disputas ideológicas e na construção de uma consciência de classe comprometida com a transformação social.

AGRADECIMENTOS

A Secretaria Nacional de Formação da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora expressa seu profundo agradecimento a todas as entidades e pessoas que tornaram possível a realização do **Curso de Formação de Dirigentes Sindicais - 2025**, base e inspiração desta revista.

Nosso reconhecimento especial ao **Sindicato dos Bancários de Santos e Região**, que acolheu a atividade com dedicação, garantindo estrutura, apoio logístico e calorosa recepção aos(as) participantes. Ao **Sindifort - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Fortaleza e Bancários na Luta - Intersindical/SP**, pelo compromisso com a formação e pela participação ativa de suas militâncias e suporte material e político. E ao **Sindicato dos Químicos Unificados - Regional Osasco**, pela generosa abertura de sua sede para o intercâmbio sindical, momento marcante de troca e aprendizado coletivo.

Agradecemos aos(as) facilitadores(as), painelistas, militantes da formação, membros da equipe de apoio do SEEB-Santos e, especialmente, aos(as) dirigentes sindicais que participaram do curso, compartilhando experiências, ideias e disposição para a luta.

Que esta publicação seja um instrumento de memória e continuidade da formação, fortalecendo a organização da nossa classe em cada local de trabalho e território.



Ato de encerramento do Curso de Formação de Dirigentes Sindicais, realizado em Santos (SP).

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Revista Formação Intersindical 2025

ORGANIZAÇÃO: Secretaria Nacional de Formação - Intersindical - Central da Classe Trabalhadora

ENTIDADES PARCEIRAS:

Sindicato dos Bancários de Santos e Região

Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos do Município de Fortaleza - Sindifort

Sindicato dos Químicos Unificados - Regional Osasco

Bancários na Luta - Intersindical (SP)

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Pedro Otoni - Secretário Nacional de Formação

EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO E CONTEÚDO:

Pedro Otoni

REVISÃO DE TEXTO:

Manoel Elídio Rosa "Mané Gabeira"

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO:

Ricardo Pessetti

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS:

Márcio José Pereira dos Santos

e Fabiano Couto

